

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
REALIZADA NO DIA 5 DE FEVEREIRO DE 2002.** -----

-----**ACTA NÚMERO DOIS**-----

----- No dia 5 de Fevereiro de 2002, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. João António Gonçalves do Amaral, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora D. Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Alberto Francisco Bento, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António Borges Carvalho, António Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Blasco Hugo Correia Fernandes, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Dina Maria Veredas Nunes, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Francisco José Fernandes Martins, Isabel Maria de Almeida e Castro, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Miguel Nunes Anacoreta Correia, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Angelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Mendes Nobre Gusmão, Manuel Nuno Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Helena Carvalho Santos Oliveira Lopes, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa

Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Andrade Chaves, Rodrigo Jorge Mochtuzuma Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho Silva, Rui Manuel Lobo Gomes da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Antunes, António Manuel Pimenta Proa, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal: -----

----- João Pedro Saldanha Serra. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Pimenta Proa. -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (CDS-PP), por 4 meses a partir do dia 18 de Janeiro, sendo substituído pelo Deputado Municipal Adolfo Miguel Baptista Mesquita Antunes. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de quorum, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião e de seguida, em nome da Mesa, saudou os Deputados Municipais e a Câmara Municipal, desejando a todos um mandato de acordo com as suas expectativas. -----

----- Depois, nos termos regimentais, declarou aberto o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Sra. D. Maria Isabel Ramos**, moradora na Av. Almirante Reis, 142 – 5º dto. Lisboa, disse que o assunto principal da sua intervenção era comumente considerado um assunto menor, mas ele era espelho do desenvolvimento social, moral e cultural da população, e estava ligado à saúde pública e à saúde animal. -----

----- Referia-se, concretamente, ao licenciamento de canídeos que na Cidade de Lisboa era desagradavelmente onerado, e em relação a isso pedia à Assembleia que não considerasse o licenciamento de canídeos como uma fonte de receita mas sim como um investimento na saúde pública e no desenvolvimento sociocultural da população. -----

----- Disse, ainda, que ao longo dos anos se vinha assistindo ao aumento do licenciamento dos canídeos, sem contrapartidas já que não havia apoios para a esterilização e para um canil decente, e, de facto, por detrás dos canídeos estavam os eleitores que votavam, e que votavam castigando como castigaram a anterior Câmara,

e só não castigaram a Assembleia Municipal, como deveriam, porque a Assembleia Municipal era pouco conhecida. -----

----- Depois, referindo-se aos ecopontos, pediu que eles fossem limpos com a periodicidade necessária para que não se transformassem em lixeiras, e, ainda, que fossem colocados com maior frequência e fossem tomadas medidas para que as pessoas não despejassem lá os lixos gerais. -----

----- Por fim, pediu que fossem criadas políticas de limpeza e varredura dos locais de cobertura vegetal dos arruamentos e praças da cidade, já que os varredores se recusavam a varrer nos sítios onde existia relva e o lixo ia-se acumulando. -----

----- **A Sra. D. Adélia Maria Carvalho Pereira**, moradora na Rua do Cotovelo, 275A, porta 3 – 3º, Bairro da Liberdade, Lisboa, falando em representação da Associação de Pais da escola 96 do Bairro da Liberdade, pediu à Assembleia que os ajudasse pois tinham 120 crianças e a escola estava em péssimas condições de funcionamento, nomeadamente em termos sanitários, esgotos, falta de espaços para o lanche, falta de segurança no pátio porque as redes estavam todas rebentadas, para além de que em volta havia uma lixeira e um grande arvoredado onde só se criavam ratazanas, melgas, baratas, etc., o que fazia com que de vez em quando se tivesse que fechar a escola para desinfecção. -----

----- Referiu que a Associação de Pais tinha tido uma reunião com o Sr. Vereador António Abreu e com o Presidente da Junta de Campolide, no princípio do ano lectivo, tendo-se a Câmara comprometido a mandar arranjar a escola, ampliar o recreio e limpar a lixeira e o arvoredado em volta. -----

----- Por outro lado, a Associação de Pais pedira também uma ajuda para o transporte das crianças entre a escola e o ATL, que se situava no Centro Social e Paroquial de São Vicente de Paulo, na Rua da Igreja, no Bairro da Liberdade, já que a distância que as crianças percorriam todos os dias à chuva e ao frio tirava-lhes toda a vontade de estudar já que por vezes chegavam todos molhados e não tinham estímulo para pegar mais nos livros. -----

----- Disse, depois, que a Junta de Freguesia, em colaboração com a Câmara Municipal, comprometera-se a ajudar a Associação de Pais com o dinheiro para o transporte das crianças na hora do almoço e à saída da escola da parte da tarde, porque o transporte ficava caro e as crianças que frequentavam essa escola eram filhos de pais com rendimentos baixos, muitos deles até desempregados, sendo-lhes muitas vezes difícil dar o material escolar necessário aos filhos quanto mais pagar a despesa extra do transporte. -----

----- A Junta de Freguesia de Campolide, no mês de Dezembro, dera-lhes uma pequena verba para poderem alugar uma carrinha para o transporte das crianças no inverno, mas a Associação de Pais queria ver se conseguia manter a carrinha até ao final do ano lectivo, o que só seria possível com a ajuda de todos. -----

----- Nesse sentido, pedia à Assembleia Municipal que ajudasse a Junta de Freguesia de Campolide a proporcionar esse bem-estar às crianças, porque o ensino já de si era fraco e era importante que eles não perdessem a vontade de estudar para que pudessem crescer felizes. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que toda a Assembleia Municipal, e também a Câmara, ouviram a exposição acabada de fazer, e procurariam saber qual a resposta que havia por parte da administração municipal relativamente às questões que foram colocadas. -----

----- **A Sra. D. Ana Alves de Sousa**, moradora na Av. Ressano Garcia, 47 – 5º dto. Lisboa, em representação de um grupo de moradores do Bairro Azul, disse que era portadora de uma exposição e um abaixo-assinado para entregar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que pedia também que fosse entregue ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente à situação do estacionamento no bairro. -----

----- Referiu que o abaixo-assinado tinha cerca de 1.100 assinaturas das 1.500 pessoas inscritas no bairro, o que demonstrava bem o desespero que as pessoas tinham relativamente àquilo que se estava a passar naquela zona em termos de trânsito e estacionamento. -----

----- Em relação ao trânsito, o bairro, que era um bairro pequeno com apenas três ruas muito pequenas, funcionava como entrada e saída de trânsito da Cidade de Lisboa. De manhã os carros entravam pelas três ruas do bairro, invadiam a privacidade dos moradores, e à tarde novamente as ruas eram devassadas com o trânsito em sentido contrário para sair da cidade, e esta situação, no entender dos moradores, era inadmissível na justa medida em que o Bairro Azul era um bairro residencial que estava classificado pela Câmara e estava na Carta do Património. -----

----- Por outro lado, tinham também o problema do estacionamento derivado ao facto de nos últimos se ter construído uma série de equipamentos com uma dimensão brutal para o bairro. Por exemplo, no princípio do bairro tinham o Corte Inglês e ao fim das três ruas, que tinham apenas 300 metros de cumprimento, havia uma escola, uma mesquita, um centro de saúde que abriria brevemente, um teatro, e ainda iriam ter um centro de negócios descomunal numa zona que pensavam iria fazer parte do corredor verde. -----

----- Seguidamente, disse que o bairro não teria possibilidade de sobreviver se não fossem tomadas medidas que disciplinassem tanto o trânsito como o estacionamento, e para isso, no abaixo assinado, apontavam medidas práticas, algumas das quais de fácil implementação. O essencial, em primeiro lugar, era que no que se referia ao trânsito, o bairro não continuasse a ser uma entrada e saída de Lisboa, e, por outro lado, ao nível do estacionamento, das muitas medidas que propunham uma delas seria renegociar com o Corte Inglês as condições do estacionamento para os clientes e para os empregados. -----

----- A terminar, a título de exemplo, disse que o Corte Inglês tinha 1.800 empregados dos quais se 10% trouxessem carro eram 180 carros que entravam no bairro e ficavam com os lugares dos moradores para estacionamento, além dos carros em cima dos passeios com todo o perigo que daí advinha para as crianças. -----

----- (Entregou na Mesa o abaixo-assinado a que se referira no início da intervenção) --

----- **O Senhor Presidente** disse que a iria ler a documentação e depois daria conhecimento do encaminhamento que lhe vier a ser dado. -----

----- **A Sra. D. Ana Cannas da Silva**, moradora na Rua Fialho de Almeida, nº 4 – 1º esqº Lisboa, disse que no seu dia-a-dia vinha observando casos aberrantes de condutas irregulares, ou pouco cívicas, no estacionamento, no trânsito e na higiene da cidade. Não tomava tempo à Assembleia para enumerar episódios dessa escalada de maus comportamentos, já que calculava que a maioria dos Deputados Municipais também os sentiam se tiverem oportunidade de reflectir no que se observava por toda a parte. -

----- Referiu que na sua vida profissional teve oportunidade de viver noutras cidades, americanas e europeias, onde reparara que a proporção de deficientes activos na população era bastante superior à de Lisboa. Ingenuamente perguntara-se que factores naturais contribuiriam para esse desfasamento, e realmente era triste constatar que o que se passava era que Lisboa não tinha a sorte de ter menos acidentes ou menos doenças, mas apenas que essas pessoas estavam bloqueadas em casa e não podiam contribuir. -----

----- Disse, depois, que a proliferação de faltas aparentemente menores, tais como obstruir passadeiras, estacionar nos passeios, bloquear carros estacionados legalmente, apesar de normalmente não acarretarem um perigo imediato iam corroendo a rotina de todos os cidadãos, afectando a produtividade, a segurança e a saúde, e o prejuízo de tudo isso recaía especialmente sobre os mais frágeis que não tinham oportunidade de ir ali defender-se. Ao referir isto pensava nas crianças, nos deficientes, nos idosos ou naqueles que tinham dificuldades para deslocar um carro de compras ou de bebé. -----

----- Continuando, disse que estas questões tinham ainda outros efeitos negativos, tais como o aumento da irritabilidade, da agressividade e da criminalidade, deteriorando o ambiente em geral da cidade e revoltando muitos moradores que partilhavam também da sua opinião. -----

----- No entanto, estava convencida que a maioria das pessoas era sensível, porque quando, delicadamente, se explicava os malefícios das situações que provocavam, sentiam aquilo que era mais natural: vergonha. -----

----- Disse, ainda, que se se estimulasse a reflexão de todos se poderia ajudar a melhorar a cultura e a incorporar hábitos de cortesia no estacionamento, no trânsito, etc., já que o bom-senso apendia-se. Caberia aí às Câmaras um papel educativo já que não se podia ensinar nas escolas, com 20 anos de antecedência, todos os actos cívicos necessários à boa convivência em sociedade quando se era adulto. -----

----- A terminar, depois de propor que se fizesse uma campanha de sensibilização e se apelasse ao envolvimento de todos, enumerou cinco medidas em prol do ordenamento, as quais lhe pareciam viáveis a curto prazo e trariam um alívio significativo a muitos dos casos referidos: -----

----- 1 – Cobrar também à noite e aos sábados o estacionamento nos bairros mais afectados; -----

----- 2 – Reservar para estacionamento exclusivo de residentes porções de ruas onde a situação é mais aflitiva; -----

----- 3 – Acrescentar e sinalizar destacadamente passadeiras de peões; -----

----- 4 – Indicar, em *placards*, as direcções dos parques de estacionamento disponíveis que, infelizmente, são usados bem abaixo das suas capacidades; -----

----- 5 – Fazer cumprir as regras de trânsito e de estacionamento através da aplicação consistente de multas. -----

----- **O Senhor Presidente** agradeceu, em nome da Assembleia, as sugestões apresentadas, e disse que elas tinham sido ouvidas por todos os Deputados Municipais que as apreenderiam nos termos que entendessem. -----

----- **A Sra. D. Anabela Manta Rocha**, moradora na Rua Fabrica da Pólvora nº149 – porta 7 r/c 1300-125 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Nós moradores da Rua Fábrica da Pólvora Pátio 149, vimos mais uma vez a esta Assembleia pedir que seja resolvido o nosso caso, já sobejamente conhecido quer pela Junta de Freguesia de Alcântara, quer pela C.M.L.. Este caso, que se arrasta já há muitos anos, põe em perigo diariamente a vida de famílias que só por um milagre algumas delas ainda não morreram, devido ao abatimento de telhados, onde um dos quais caiu sobre uma cama, felizmente a inquilina não morreu porque estava hospitalizada. -----

----- Por várias ocasiões os responsáveis da Junta de Freguesia de Alcântara e da C.M.L., nomeadamente a Sra. Vereadora Margarida Magalhães, visitaram o local tendo verificado o estado de degradação e de risco das habitações, e pelo facto da proprietária se recusar a fazer quaisquer tipo de obras. -----

----- A C.M.L. encetou um processo de realojamento que só não se concretizou em virtude de ter havido eleições autárquicas, e terem mudado os responsáveis da C.M.L. a nível da Presidente e de Vereadores.-----

-----Sr. Presidente da Câmara Municipal é urgente que V. Ex^a. chame a si este processo no sentido de resolver a nossa situação de realojamento, pois que a qualquer momento pode ocorrer uma tragédia. -----

----- Sr. Presidente temos receio que as casas que estão de frente de nós e nos foram prometidas acabem por ser atribuídas a outras famílias, que não são da zona onde a nossa situação é a mais grave.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que procuraria obter da Câmara resposta para as questões colocadas. -----

----- **O Sr. Rui Manuel Ramalheite Sustelo**, morador na estrada de Chelas, nº 124 – r/c, Lisboa, depois de referir que era um dos ex-trabalhadores da Vitamealo Portuguesa Grupo Sabões, disse que dada a circunstância de, por motivo das eleições de 16 de Dezembro de 2001, não ter ainda obtido resposta às questões apresentadas em 19 de Julho e 30 de Outubro de 2001, o que desde já lamentava, não podia por esse motivo deixar de colocar, uma vez mais, as perguntas formuladas em devido tempo e claramente expostas como constava da documentação entregue na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Repetiu então as perguntas, que eram as seguintes:-----

----- 1. Se era do conhecimento do Município que foram efectuadas demolições no complexo em apreço.-----

----- 2. Se as demolições efectuadas, foram sob licença camarária e em caso afirmativo quem solicitou essa licença.-----

----- 3. Se a Câmara Municipal de Lisboa terá conhecimento da identificação do proprietário do imóvel. -----
----- (Entregou documentação na Mesa). -----
----- **O Senhor Presidente** disse ao munícipe que se recordava que já ali tinha feito estas perguntas, como se recordava também que as tinha colocada à Câmara, mas esperava desta vez obter uma resposta mais adequada. -----
----- **A Sra. D. Maria Gabriela Garcia**, moradora na Av. Mouzinho de Albuquerque nº 51- 1º esqº. referiu que mais uma vez vinha à Assembleia apresentar um problema já antigo, e mesmo sabendo que o Sr. Presidente não era o responsável nem tinha competência para resolver tal situação, solicitava a sua ajuda. -----
----- Referia-se ao pedido de desdobramento de habitação feito no dia 12 de Fevereiro de 2001, que segundo informação do respectivo Gabinete da Câmara tinha sido indeferido porque não se encontrava no Programa de Realojamento. Foram-lhe dadas ainda algumas alternativas para tentar resolver a sua situação, mas que em nada a ajudaram pois com 34 anos não tinha direito a qualquer daquelas alternativas. -----
----- Disse, depois, que não entendia o porquê do indeferimento, já que no mesmo bairro em que habita foi feito um desdobramento numa situação semelhante, embora considerasse que a sua também seria bastante grave pois o seu pedido vinha na sequência do estado de saúde de um filho de 22 meses e da sua habitação ser insuficiente visto que era um T2 para 7 pessoas. -----
----- Por isso, uma vez que não obtivera resposta, quer do Gabinete do Município, quer da GEBALIS que actualmente geria o bairro, dirigira-se, no passado dia 1, ao Gabinete do Município, no Campo Grande, para tentar saber mais alguma coisa sobre o seu pedido, onde, para seu espanto, lhe foi dito por uma funcionária que o seu pedido não tinha sido atendido por ter sido mal redigido, tendo então feito novo ofício e junto outros documentos. -----
----- Disse, ainda, que até à data não obtivera qualquer resposta e a saúde do seu filho tendia a piorar devido à humidade, pelo que pedia ajuda para resolver a sua situação. --
----- (Entregou cópias dos ofícios da Câmara e comprovativos do agregado familiar e documentos médicos comprovativos da doença do seu filho). -----
----- **O Senhor Presidente** disse que a munícipe sabia bem que a questão dos desdobramentos era uma questão complexa que tinha a ver com os limites das situações que era possível com o parque habitacional que a Câmara dispunha, mas procuraria junto da Câmara Municipal saber qual a resposta que ela poderia dar à questão apresentada. -----
----- **A Sra. D. Maria Manuela da Purificação Reis**, moradora na Rua Barão de Sabrosa, 253 – r/chão frente, Lisboa, disse que desejava chamar a atenção para a falta de estacionamento na cidade para os deficientes, porque eles, infelizmente, existiam e eram muitos, e muitos deles, como ela própria, faziam sacrifícios para ter um carro para se poderem deslocar. -----
----- Disse, depois, que não tinha feito sacrifícios para trabalhar 43 anos para o Estado, já que fora funcionária pública, trabalhara sentada e não teve nunca problemas para estacionar o carro porque havia muito espaço no seu local de trabalho, o LNEC, mas

agora que estava reformada é que sentia as dificuldades que existiam. Tinha um lugar de estacionamento privativo na sua residência, mas para estacionar nos vários sítios onde precisava de ir não tinha lugares para estacionar. Se pudesse teria um passe social porque seria mais económico, já que gastava mais com o carro de que consigo própria, mas porque tinha mais de 80% de incapacidade nos pés devido a ter nascido com uma grande deficiência, não podia ter o passe social e teria que utilizar o carro. --

----- Rematou dizendo que começara a trabalhar aos 12 anos e ainda estava pronta para trabalhar se fosse preciso, mas estacionar o carro é que era um grande problema porque não tinha um lugar na cidade. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que os Srs. Vereadores responsáveis pelos Pelouros em questão ouviram a intervenção e considerariam as possibilidades que existiam para responder ao problema. -----

----- **O Sr. José Barata Duarte**, morador na Rua Fialho de Almeida, 10 – 4º Lisboa, disse que apenas pretendia renovar o pedido feito em 1996 à Câmara Municipal de Lisboa, que tinha a ver com a plantação de meia dúzia de árvores na Rua Fialho de Almeida, no Bairro Azul, que já hoje tinha sido ali objecto de uma intervenção. E como previam uma acção integrada devido à gravidade da situação, pensavam que deveria haver complementaridade nessa acção de reordenamento de tráfego com a parte do ambiente relativamente a esse simples pedido de plantação de árvores, para que a Rua Fialho de Almeida fosse comparada à sua congénere Ressano Garcia. -----

----- Disse, depois, que na altura receberam resposta do então Vereador do Pelouro do Ambiente, o Sr. Engº Rui Godinho, aprovando tal concretização, fazendo-a apenas depender do Departamento de Tráfego, na altura da responsabilidade do Sr. Vereador Machado Rodrigues, que estaria a tratar da implementação dos parquímetros no bairro, situação que já há muito tinha ficado resolvida pelo que ficara apenas por resolver a segunda parte, ou seja, a plantação das árvores. -----

----- (Entregou documentação na Mesa). -----

----- **O Sr. Manuel Garcia Bernardo**, morador no Vale do Forno, disse que falava em nome de cerca de 80 famílias que haviam sido realojadas, pela EXPO, no Vale do Forno, e desejava que a Câmara visse a situação porquanto queriam ser separados uns dos outros por vários bairros, não queriam continuar todos juntos. -----

----- Isto porque – explicou – estavam demasiadas famílias juntas e não queriam apanhar um mau nome. Queriam viver em bairros onde não vivessem unicamente famílias ciganas para que sobretudo os mais novos pudessem vir a ter mais educação e mais formação escolar. -----

----- Por outro lado, pedia também que a Câmara fosse ver a situação em que viviam, pois as casas eram muito pequenas e viviam sete ou oito pessoas em cada uma delas. -

----- **O Senhor Presidente** disse que iria procurar obter junto da Câmara uma informação sobre o caso exposto. -----

----- Depois, ao dar por encerrado o período de intervenção do público, agradeceu à Assembleia e à Câmara a atenção com que ouviram as intervenções dos munícipes, esperando que as questões postas pudessem ser consideradas na ordem de prioridades.

----- Seguidamente declarou aberto o período de: -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação a acta número um, previamente distribuída, e como ninguém desejara intervir sobre o seu conteúdo, de imediato a submeteu à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Depois leu, para efeito de registo em acta, as declarações de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos que a seguir se transcrevem, que lhe foram enviadas, nos termos da lei, pelos Vereadores Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Maria Helena Passos Lopes Costa e António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues. -----

----- **DECLARAÇÃO** -----

----- “Henrique Jose Praia da Rocha de Freitas, Portador do Bilhete de Identidade n° 5510322-7 emitido a 12/04/99 pelo arquivo de Identificagao de Lisboa, residente na Rua Saraiva de Carvalho, 64 r/c Esq°, em Lisboa, tendo sido eleito Vereador da Câmara Municipal de Lisboa na eleição de 16 de Dezembro de 2001 e tomado posse em 6 de Janeiro de 2002, vem declarar, para efeitos do disposto na Lei 64/93, de 26 de Agosto, não se encontrar abrangido por qualquer incompatibilidade ou impedimento. --

----- Mais declara que, ao abrigo da permissão legal constante do disposto no n° 1 do artigo 6° da referida Lei 64/93, de 26 de Agosto, continuará a exercer as funções remuneradas de professor universitario da Universidade Lusíada, em regime semestral.” -----

----- **DECLARAÇÃO** -----

----- Maria Helena Passos Lopes Costa, Portadora do Bilhete de Identidade n° 2064780 emitido a 14/04/98 pelo arquivo de Identificagao de Lisboa, residente no Largo Comandante Augusto Madureira, 7-4° Dto, em Lisboa, tendo sido eleita Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa na eleição de 16 de Dezembro de 2001 e tomado posse em 6 de Janeiro de 2002, vem declarar, para efeitos do disposto na Lei 64/93, de 26 de Agosto, que não se encontra abrangida por qualquer incompatibilidade ou impedimento. -----

----- Mais declara que, ao abrigo da permissão legal constante do disposto no n° 1 do artigo 6° da referida Lei 64/93, de 26 de Agosto, continuará a exercer as funções remuneradas de professora coordenadora, a tempo parcial, no Instituto Politécnico de Tomar, em acumulação com as funções de Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- **DECLARAÇÃO** -----

----- “Antonio Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, portador do Bilhete de Identidade n° 4703221, emitido em 03.08.1998 pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente na Rua Prof. Aires de Sousa, n° 3, 1°-A, em Lisboa, tendo sido eleito Vereador da Câmara Municipal de Lisboa na eleição de 16 de Dezembro de 2001 e tomado posse em 6 de Janeiro de 2002, vem declarar, para os efeitos do disposto na Lei n° 64/93, de 26 de Agosto, que não se encontra abrangido por qualquer incompatibilidade ou impedimento. -----

----- Mais declara que, ao abrigo da permissão legal constante do disposto no n° 1 do artigo 6° da referida Lei n° 64/93, de 26 de Agosto, continuará a exercer as funções

remuneradas de professor auxiliar da Universidade Nova de Lisboa, em acumulação com as funções de Vereador da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Presidente** informou, ainda, que conforme deliberado em Conferência de Líderes, a proposta 32/2002, ponto 14, seria apreciada e votada em primeiro lugar, seguindo-se depois a ordem normal dos restantes pontos. -----

----- Por fim, informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes Moções. -----

----- **MOÇÃO Nº 1** -----

----- RECOMENDAÇÃO -----

----- “Programa de recolha selectiva e reciclagem de resíduos com mercúrio produzidos em unidades de saúde, que prossigam actividades de prevenção, diagnóstico e tratamento das anomalias e doenças dos dentes, boca, maxilares e estruturas anexas. -----

----- Consolidado que foi nos últimos anos o processo de implantação de ecopontos na cidade de Lisboa, o que corresponde à infra-estrutura de base de uma política de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos na óptica da reciclagem destinada à população de forma generalizada e massiva, importa agora desencadear novos programas de recolha de resíduos em função da sua especificidade e do seu impacto ambiental e/ou de sectores de produção identificáveis. -----

----- O mercúrio é um elemento de elevada perigosidade para a saúde e de graves repercussões ambientais. -----

----- Num artigo de 1996 do Centro Biomédico da UFES, Vitória e Hospital Universitário da UFSM disponibilizado pelos “Arquivos Brasileiros de Cardiologia 67 (1)” são relevados os efeitos tóxicos do mercúrio sobre o organismo humano, considerando que os mesmos assumem particular expressão ao nível dos rins e do sistema nervoso (reações psicóticas, do foro comportamental, tremores, distúrbios sensoriais, dificuldades auditivas e visuais, redução de memória, etc). -----

----- Segundo os mesmos autores, a intoxicação por via da cadeia alimentar é relacionável com o aumento da incidência de morte por enfarte do miocárdio, doenças coronárias e outras cardiovasculares. Por seu lado, o vapor inalado (mercúrio elementar) permanece na corrente sanguínea e atravessa as barreiras hematoencefálica e placentária e a exposição ao metil-mercúrio (compostos orgânicos) exerce o seu efeito máximo durante o período neonatal, provocando sérias lesões neurológicas nos recém nascidos. Em casos graves o mercúrio pode provocar a morte. -----

----- São conhecidos, pela dimensão das repercussões que assumiram, os casos de Minamata (Japão), pela contaminação da cadeia alimentar plâncton-peixes-homem em consequência de descargas industriais na baía dessa cidade, e na Guatemala, Iraque e Paquistão pela contaminação de sementes resultante de pesticidas com compostos mercuriais. -----

----- Às consequências para a saúde acresce a agravante que resulta de o mercúrio na sua forma metálica ser praticamente inerte e reagir muito pouco com o ambiente. Tal significa que a poluição ambiental pelo mercúrio terá reflexos em sucessivas gerações. -----

Com expressão diferente de país para país e mesmo dentro de cada país, a verdade é que a amalgama odontológica é ainda um dos materiais mais utilizados, calculando-se que o seja em cerca de 80% de todas as restaurações (ANASUVICE, 1998). A amalgama contém em média 53% de mercúrio. Cerca de 55% da amalgama preparada pelo dentista acaba por ser deitada fora, na maior parte dos casos para o lixo doméstico. -----

----- A consciência deste problema motivou já variadas iniciativas e a definição de orientações por parte dos diversos níveis da Administração e Comunitários. Pelo Anexo I da Portaria n.º 744-A/99 de 25 de Agosto, foi estabelecido o “Programa de acção específico para os resíduos de amalgama dentária com mercúrio”, onde se estabelece que até Junho de 2001 “todas as unidades de saúde estejam equipadas com separador de amalgama dentária”. -----

----- Para além dos atrasos deste programa, continua a subsistir o problema do armazenamento (quer dos resíduos secos e outros produtos residuais que contém mercúrio quer dos provenientes do separador de amalgama), da recolha e transporte (que terá que ter em conta as condições de segurança relativas ao transporte deste tipo de resíduos) e do destino final (considerando existir hoje tecnologia capaz de separar o mercúrio da amalgama dentária permitindo assim a reciclagem e reutilização dos seus constituintes). -----

----- Assim: -----

----- Tendo presente que em resultado da referida Portaria, as unidades de saúde respectivas deverão estar equipadas com separador de amalgama dentária (com uma eficiência mínima de 95%), e considerando que os agentes de saúde e os respectivos estabelecimentos odontológicos são facilmente identificáveis e localizáveis; -----

----- Concentrando Lisboa o conjunto de estabelecimentos e serviços correspondentes não só à cidade mas antes à centralidade da área Metropolitana e ao estatuto de capitalidade nacional; -----

----- Considerando que os riscos para a saúde pública e o impacto ambiental, resultantes da contaminação com mercúrio, impõem a adopção de medidas com carácter de urgência não diferíveis face à expressão temporal dessa mesma contaminação e à herança para as gerações vindouras; -----

----- Tendo presente que um programa de recolha e reciclagem para um produto resultante de uma actividade e de um sector específico deverá ter como objectivos, para além do fim em si mesmo – o destino final de resíduos urbanos e hospitalares – a sensibilização e consciencialização dos respectivos técnicos e agentes – podendo, caso se considere a existência de um período transitório de adesão voluntária, a sua adesão ser valorizada com um “certificado” ou “selo” de afixação nas unidades aderentes; -----

----- Face aos argumentos anteriormente expostos, cumulativamente com o carácter pioneiro de que tal programa se reveste em Portugal e à escala supra concelhia do problema, o mesmo deverá procurar parcerias, quer entre as entidades públicas com responsabilidades nestas áreas (como o Instituto de Resíduos, o Instituto da Água e a Direcção-Geral de Saúde), quer para as associações e organizações do sector (desde logo, a Ordem dos Médicos Dentistas). -----

----- Os eleitos em representação do Partido Ecologista “Os Verdes” na Assembleia Municipal de Lisboa propõem a aprovação da seguinte recomendação: -----

----- Que o executivo elabore e leve a efeito um programa com vista a assegurar, quer a existência de um sistema de recolha selectiva, quer o encaminhamento para o processo de reciclagem (e conseqüente reutilização dos elementos constituintes) de amalgamas dentárias com mercúrio, bem como dos demais resíduos com mercúrio produzidos nas unidades de saúde, que prossigam actividades de prevenção, diagnóstico e tratamento das anomalias e doenças dos dentes, boca, maxilares e estruturas anexas. -----

----- Encontrando-se em preparação o Orçamento e Plano de Actividades do corrente ano, deverão estes documentos integrar desde já o presente programa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Manso Pinheiro, do PEV) -----

----- **MOCÃO Nº 2** -----

----- **RECOMENDAÇÃO** -----

----- 1) Considerando que o início do processo de revisão do PDM foi formalmente aprovado pela Assembleia Municipal em Junho de 2001 sem qualquer avaliação do estado da sua aplicação; -----

----- 2) Considerando que o PDM é o instrumento legal por excelência, estruturante e definidor da cidade; -----

----- 3) Considerando que todo o processo de revisão do PDM decorreu até agora tendo a atravessá-lo uma campanha eleitoral, umas eleições autárquicas com a conseqüente eleição de novos autarcas; -----

----- 4) Considerando a necessidade de terminar com uma gestão casuística da urbe, pelo que o PDM deve ter o maior debate alargado para o conseqüente assumir colectivo das suas directivas; -----

----- 5) Considerando a existência de numerosos Planos de Urbanização, de Pormenor e Regulamentos Municipais que a Câmara aprovou mas que nunca levou à Assembleia Municipal para serem votados por esta e que devem servir de baliza, nesses territórios à própria revisão do PDM; -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 5 de Fevereiro de 2002, decide: -----

----- 1) Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a anulação de todo o processo de revisão do PDM e a reabertura dessa revisão na base de novos critérios e da aprovação dos planos de urbanização e de pormenor que se encontram na CML; -----

----- 2) Recomendar a CML a criação pela Cidade a suas Freguesias de um “Fórum da Cidade” como um espaço de debate permanente sobre todos os documentos estratégicos da Cidade; -----

----- 3) Recomendar à CML que este “Fórum da Cidade”, onde terão assento todas as associações não governamentais da cidade e todos os cidadãos e cidadãs interessados em contribuir com as suas opiniões para a resolução dos problemas de Lisboa, inicie os seus debates sobre a revisão do PDM.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do Bloco de Esquerda) -----

----- **MOCÃO Nº 3** -----

----- VOTO DE PESAR -----

----- “Faleceu na passada sexta-feira, dia 1 do corrente mês, Raul Rêgo. -----
----- Raul Rêgo foi um grande combatente antifascista e um dos rostos da nossa Democracia. Nasceu em Morais, aldeia perto de Macedo de Cavaleiros, em Trás-os-Montes, em 1913. -----
----- Raul Rêgo era republicano, antifascista, foi fundador do Partido Socialista, mas foi, sobretudo, um lutador pela liberdade, antes e depois do 25 de Abril. -----
----- Raul Rêgo foi um brilhante jornalista, sendo indiscutivelmente um dos símbolos da liberdade de imprensa, tendo recebido em 1976 o galardão europeu Pena de Ouro, foi director do República, e fundador dos jornais A Luta e Portugal Hoje, que também dirigiu. -----
----- Raul Rêgo iniciou-se na Maçonaria em 1971 e foi eleito grão-mestre do Grande Oriente Lusitano em 1988. -----
----- Raul Rêgo foi um político que marcou uma época, sendo uma das referências do Partido Socialista, partido que fica mais pobre com a sua morte. -----
----- A Assembleia Municipal de Lisboa hoje reunida delibera: -----
----- Apresentar as suas condolências à família enlutada pela morte do seu ilustre membro; -----
----- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa atribuição do nome de Raul Rêgo a uma das artérias nobres da nossa cidade.” -----
----- (Subscrito por representantes de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal) -----
----- **O Deputado Municipal Rui Gomes da Silva (PSD)**, no uso da palavra, referiu que gostaria de fazer esta primeira intervenção, em nome da bancada do PPD/PSD, para dizer que em 16 de Dezembro se tinha iniciado um novo tempo em Lisboa, tempo novo esse que no dia 6 de Janeiro fizera com que o Presidente da Câmara e os Vereadores eleitos pela coligação “Lisboa Feliz”, tivessem um compromisso firmado com a cidade, num momento em que pela primeira vez o Partido Social Democrata detinha o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----
----- Este era um desafio que aceitavam e que devolviam à cidade, para em conjunto, forças maioria e forças da oposição, mudarem Lisboa. Mas, assumiam também o dever de ali, publicamente, deixarem um compromisso único: o de daqui a quatro anos se conseguirem viver melhor em Lisboa, se transformar Lisboa numa cidade verdadeiramente feliz, independentemente de continuarem todos a amar Lisboa. -----
----- Portanto, era um tempo novo feito de trabalho e serenidade, em compromisso, porque se propuseram e porque entendiam que eram capazes de fazer mais, mais depressa e melhor. -----
----- Teriam com a Assembleia Municipal o compromisso de trabalharem sem discussões estéreis, sem parcialidades, sem dependências. O único objectivo que tinham era o de cumprir o programa com que se candidataram. Era esse o desafio, esse era o compromisso que assumiam de trabalhar para Lisboa com todos. -----
----- Disse depois, que era essencialmente um tempo novo, e aqui aproveitava para saudar todos os Deputados Municipais e deixar na pessoa do Sr. Presidente da

Assembleia uma palavra muito especial: estavam, não enganavam ninguém, nos antípodas ideológicos do Sr. Presidente, mas aprenderam a respeitar as suas posições, como aprenderiam a respeitar, e estavam certos que assistiriam, durante este mandato, à sua capacidade de ser imparcial, de ser independente na coordenação dos trabalhos da Assembleia, como esperavam que acontecesse. Da bancada do PPD/PSD, naturalmente, teria o Sr. Presidente toda a colaboração para que Lisboa fosse uma cidade melhor. -----

----- Seguidamente, disse que o tempo novo que entendiam dever ali construir, tinha sido desde logo anunciado na constituição da Mesa, pois o PSD, afastado da constituição da Mesa desde há longos anos, agora entendera que devia colaborar e participar na coligação dessa mesma Mesa. -----

----- Também isso foi anunciado na distribuição em lugares nas próprias Comissões. Naturalmente ao PPM, que ali saudava como parceiro de coligação, mas também como partido vencedor não queriam deixar de lembrar isso, porque foi por proposta do PPD/PSD que o CDS-PP, Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista “Os Verdes”, tinham lugares, de direito próprio, nas Comissões. -----

----- Era um tempo de diálogo, um tempo de colaboração, de compromisso de ouvirem ali as sugestões, de aceitarem as melhores soluções para Lisboa, mas não estavam dispostos a aceitar atrasos propositados, bloqueios, boicotes, pois todos esses eram inimigos da decisão que queriam para Lisboa. -----

----- Disse, depois, que para o PPD/PSD todos, até prova em contrario, estavam imbuídos na boa-fé para mudar a cidade para aquilo que queriam. Era um desafio para todos! Iriam mudar a face de Lisboa na recuperação, na qualidade de vida e na segurança, considerando a possibilidade de colocar a Cidade de Lisboa, de novo, no mapa da Europa, como Capital que era e de que muito se orgulhavam. -----

----- Os próximos quatro anos seriam decisivos. Entre eles salientava o Euro 2004, na esteira, aliás, daquilo que havia sido o Centro Cultural de Belém e a EXPO’98, obras que hoje em dia recolham a unanimidade dos apoios e dos gostos de todos. Esse era também um compromisso, o compromisso de colaborarem. De colaborarem, individualmente e em conjunto, com todos os Vereadores, independentemente de terem sido eleitos pelo PPD/PSD ou pelos outros partidos, tal como também os Presidentes de Junta de Freguesia poderiam contar com o PPD/PSD, sem excepção. ---

----- Seguidamente, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que a sua eleição determinara a esperança de todos os lisboetas que votaram, esperança essa que assumiam com o cumprimento das promessas, com a atitude e com a disponibilidade para mudar a vida dos que menos tinham e dos que mais precisavam. -----

----- Era sobre o Sr. Presidente da Câmara que residiam as esperanças de toda uma cidade, e aqui tentaria ir um pouco mais longe: é que mesmo aqueles que não votaram no partido vencedor tinham uma grande esperança para que fosse o Sr. Presidente da Câmara a mudar-lhes a vida naquilo que eles tanto mereciam e ao longo de tantos anos trabalharam para merecerem. -----

----- A concluir, disse que o que esperavam, daqui a quatro anos, no final do mandato, era assumirem ali, orgulhosamente, terem ajudado a transformar Lisboa numa cidade ainda muito mais feliz. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “No início deste novo mandato, e em nome dos eleitos do PCP, endereço a esta Assembleia, democraticamente eleita em 16 de Dezembro passado, as melhores saudações. -----

----- Manifestamos o desejo profundo de que o trabalho deliberativo deste órgão essencial do Poder Local Democrático se traduza na defesa constante e atenta dos interesses dos lisboetas. -----

----- O novo quadro saído das eleições autárquicas trouxe uma nova presidência da Câmara Municipal de Lisboa, outra maioria, mas também outra oposição. -----

----- Foi interrompido o projecto da Coligação Amar Lisboa que veio em 1990 cortar com uma década de gestão da direita pautada pelo casuísmo, caos urbanístico, atraso e estagnação. A Coligação, em doze anos, implementou o ordenamento e o planeamento, a reabilitação e recuperação do património, a requalificação do espaço urbano, criou equipamentos de cultura e desporto, parques de qualidade ambiental indiscutível, solucionou questões estruturais como o saneamento ou a higiene urbana e acessibilidades estruturantes. Implementou uma verdadeira política de descentralização para as Freguesias, dotando-as de meios para darem resposta cada vez mais eficaz aos problemas das populações. -----

----- Resolveu os mais graves problemas dos lisboetas e encaminhou a resolução de muitos outros, sempre com a máxima participação dos próprios interessados. Acabou com as barracas e realojou os seus habitantes mais desfavorecidos. Transformou Lisboa numa das mais belas capitais, humanizada e democrática, com identidade e cultura próprias, que consolidou e desenvolveu. Trata-se de uma obra notável, que não pode ser apagada. -----

----- Estamos decididos a marcar este mandato de modo positivo. Honramos desse modo a confiança popular. -----

----- Manteremos e aprofundaremos a nossa ligação às populações, aos seus problemas, justas reclamações e interesses, que faremos reflectir aqui, nesta Assembleia Municipal. -----

----- Procuraremos apoiar tudo aquilo que achamos positivo para a Cidade e para a população. Avançaremos com as nossas propostas que esperamos sejam ouvidas e consideradas. Tentaremos que sejam suportadas nas contribuições a participação dos lisboetas. -----

----- Mas claro que denunciaremos e lutaremos contra todos os processos e decisões que consideremos nocivas, votaremos contra elas claramente. Como já o fizemos na passada sessão da Câmara Municipal de Lisboa no caso do Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental – por razões que foram divulgadas: o plano não garante nem o interesse público, nem a qualidade ambiental, nem os equipamentos que consideramos indispensáveis, como o PCP propôs logo em Fevereiro de 2001. -----

----- O Partido Comunista Português, continuará a contribuir para o prestígio da Assembleia Municipal, cumprindo com o seu papel propondo e participando no debate sobre o futuro da Cidade, chamando os lisboetas à participação. Continuando a promover debates temáticos entendemos que as Comissões formadas por esta Assembleia tenham um funcionamento regular, e papel preponderante no aprofundamento, análise e proposta contribuindo para que a Assembleia Municipal decida com grande abrangência qualidade e rigor que dignifique a Assembleia como um verdadeiro Parlamento da cidade. -----

----- Na cidade, o PCP é uma força alternativa, pelo nosso projecto, o nosso estilo e a nossa postura. -----

----- Seremos, por nós e pela força exacta da nossa posição nesta Assembleia, uma garantia tranquila para assegurar o melhor para Lisboa, em cumprimento do nosso compromisso eleitoral, que honraremos. -----

----- Desejamos que esta Assembleia não seja um simples órgão conformado e sim um órgão propositivo, vivo. Antes queremos que ela seja um expoente da democracia representativa, mas também participativa e interventiva, que assume um papel dinamizador e estimulador de um verdadeiro agente do desenvolvimento, do progresso e do interesse público. -----

----- Por fim esperando corresponder ao compromisso que assumimos com os lisboetas trabalharemos e lutaremos pelas nossas propostas, ideias e opiniões apoiadas no nosso programa eleitoral e por quem em nós confiou. -----

----- Pelo povo desta cidade que sempre servimos e vamos continuar a servir. -----

----- Lisboa precisa. -----

----- Lisboa merece.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Permita-me, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que as minhas primeiras palavras se dirijam a V. Exa. Em primeiro lugar pela vitória da lista por si encabeçada, em nome da coligação Amar Lisboa, para esta Assembleia, vitória expressiva e clara que, em nosso entender, demonstra uma clara vontade por parte dos lisboetas em garantir que o futuro da cidade de Lisboa, embora de mudança, pode constituir uma negação do passado. -----

----- Em segundo lugar para o felicitar pessoalmente pela sua eleição para o cargo de Presidente deste importante órgão municipal, dando assim garantias de que esta Assembleia continuara a ser dirigida com sabedoria, equilíbrio e justiça. V. Exa é, efectivamente, um valor acrescentado na nossa democracia e da nossa cidade. -----

----- Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Santana Lopes. -----

----- Quero também felicitá-lo, neste órgão máximo do Poder Local da nossa linda cidade pela sua vitória e consequente eleição para Presidente de Câmara. Em democracia há que felicitar os vencedores e desejar-lhes bom trabalho! É o que faço em nome da bancada do PS estando convicto que saberá encontrar os melhores caminhos para continuar o processo de modernização da Cidade de Lisboa encetado a partir de 1989 pela coligação que agora foi vencida eleitoralmente. -----

----- Mas se não se nos oferecem dúvidas nenhuma quanto à sua vitória e quanto aos seus próprios méritos pessoais para que a mesma tenha ocorrido é importante para nos que se saibam extrair as ilações da mesma quanto à sua dimensão. -----

----- Venceu o PSD a eleição para a Câmara de Lisboa por uns escassos cerca de 1.200 votos o que, em termos comparativos com a vitória alcançada pela coligação Amar Lisboa para a Assembleia Municipal, é bem significativa. Podemos dizer que 1.200 votos são a lotação de um antigo cinema nos seus tempos áureos, talvez a do cinema S. Jorge, ou, em linguagem desportiva será meia lotação de um desafio de andebol ou *basketball*. -----

----- Estão portanto V. Exa. e a coligação que o apoiou confrontados com a necessidade de implementarem o vosso programa e propostas concretas mas, com a responsabilidade de não poderem fazer tábua rasa da obra efectuada pela coligação Amar Lisboa, dirigida nos últimos seis anos pelo meu camarada João Soares, a quem quero agora agradecer em nome de todos nós o seu contributo decisivo para que Lisboa seja, hoje em dia, uma cidade mais bonita, solidária e moderna. -----

----- A interpretação que tem de se fazer sobre os resultados verificados é a de que os lisboetas aparentemente se dividiram ao meio nestas eleições. Dividiram-se porque determinaram dois resultados distintos com maiorias distintas: Câmara e Assembleia Municipal; dividiram-se porque a diferença entre os dois candidatos à Câmara se resume, à lotação de uma antiga sala de espectáculos. Será isto um drama? Evidentemente que não. O povo na sua infinita sabedoria decidiu repartir responsabilidades, assumir de positivo o que lhe foi proposto pelas duas maiores candidaturas e, evidentemente, seduzir-se por uma ideia de novidade. -----

----- Repartir responsabilidades porque não lhe conferiu a maioria absoluta e para além disso votou distintamente para a Câmara e Assembleia. -----

----- Assumir de positivo as propostas que lhe foram feitas porque, muito naturalmente não houve a condenação de ninguém. Os lisboetas querem que se continuem as políticas de habitação social, aplaudiram o fim dos grandes bairros de barracas – a este propósito é importante que não sejam frustradas as expectativas dos moradores da Vila Ferro e Vila Amendoeira, de virem a ser realojados nos imóveis da Quinta da Bela Flor – querem a continuação das políticas de solidariedade que vinham sendo seguidas no apoio aos sem-abrigo, aos toxicodependentes a aos mais carenciados, querem a continuação das acções de reabilitação das nossas praças e bairros, querem que se continue a apostar nas actividades culturais e desportivas que foram apanágio da anterior gestão municipal. Mas também quiseram a mudança e a novidade. Reconhecemo-lo evidentemente. Querem mais, querem as piscinas a as escolas em cada bairro da nossa cidade, querem o regresso de 200 mil jovens ao centro de Lisboa, querem o Parque Mayer recuperado em 8 meses e querem muito naturalmente ser mais felizes. -----

----- Dependera pois de V. Exa., Sr. Presidente da Câmara e da coligação que o apoia a capacidade de levar a bom termo este desiderato das pessoas. -----

----- Poderá estar certo que se souber interpretar correctamente os resultados verificados, se não enveredar por uma política de desvirtuamento da obra até aqui

realizada – uma coisa é, face a experiência, melhorá-la – se continuar a aplicar à gestão municipal um forte sentido de solidariedade, se continuar a desenvolver uma política de efectiva descentralização para as Juntas de Freguesia, poderá contar com a nossa compreensão e até solidariedade nos combates que terá que travar, em nome de Lisboa, contra o poder central. -----

----- Se não assim fôr, se entender fazer diferente, se colocar em causa o que já foi conseguido em matéria de realojamentos, políticas sociais e descentralização de competências, encontrará a nossa firme oposição e combate político. -----

----- Em suma, seremos uma oposição atenta, construtiva e que não abdica dos seus princípios. -----

----- Por último duas referencias que não auguram boas perspectivas quanto ao futuro:

----- A primeira, tem a ver com a forma como o PSD se posicionou nos actos de tomada de posse nas freguesias onde não venceu, foram muitas, mas onde a coligação Amar Lisboa não obteve maioria absoluta. Contrariando todas as regras de respeito pela vontade maioritária expressa pelos eleitores de que fosse a Coligação Amar Lisboa a governar as Juntas, contrariando até o espirito da legislação aprovada recentemente por consenso, portanto com o consenso do próprio PSD, na Assembleia da Republica, decidiu o PSD aliar-se negativamente com outras forças políticas, isolando assim o Presidente de Junta eleito, quando estes propuseram sempre acordos que, não desvirtuando o resultado eleitoral verificado, tinham em conta o facto de não terem alcançado a maioria absoluta. É um mau princípio para o nosso convívio democrático. -----

----- A segunda referência prende-se com a polémica que V. Exa. quer provocar, nitidamente com intuitos eleitoralistas, a respeito das obras no Estádio da Luz. -----

----- V. Exa, em Setembro do ano passado, em plena campanha eleitoral para a Câmara, foi, por sua livre iniciativa visitar o Sport Lisboa e Benfica e aí invectivou o então Presidente João Soares e a equipe da autarquia, dizendo ser escandalosa a possível ausência do Benfica do europeu 2004 e declarando logo ali, estar disponível para alterar o Plano Director Municipal de forma a permitir que o Benfica pudesse construir o seu novo estádio sem constrangimentos. -----

----- É pois isso que está em causa. O Dr. João Soares já não é o Presidente da Câmara. O Dr. João Soares já esclareceu publicamente e por escrito nunca ter prometido os 12,5 milhões de euros para a construção do novo estádio, o Dr. João Soares já esclareceu que nunca comprometeu a Câmara na gestão da sociedade que ira gerir o estádio do Benfica. -----

----- Em matéria de promessas, são as suas que estão na ordem do dia. -----

----- O que está em causa é sabermos se o Sr. Dr. Santana Lopes vai, ou não vai, cumprir a promessa de alterar o Plano Director Municipal para que a construção tenha viabilidade financeira. -----

----- Da nossa parte, desde já esclarecemos que não estamos disponíveis para alterações que ponham em causa os equilíbrios já definidos no actual Plano Director Municipal. Estamos contudo sensibilizados para estudarmos as propostas que fizer, desde que as mesmas não ultrapassem os 80 mil m2 para construção, que eram os que

estavam previstos no documento apresentado pela direcção do Benfica na Assembleia Geral que autorizou a construção do novo estádio. -----

----- Estamos todos curiosos quanto à solução que V. Exa. nos vai apresentar.” -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, começou por saudar, em nome do CDS-PP, todos os eleitos, nomeadamente aqueles que constituíam a Mesa, e muito em especial o Sr. Presidente, e também saudava Sr. Presidente da Câmara e todos Vereadores, a quem desejava muitas felicidades porque a felicidade do seu trabalho seria a felicidade da Cidade. -----

----- Depois agradeceu a presença do público, porque o público era a razão de ser dos autarcas, e também aos muitos funcionários e colaboradores da Câmara, muito em especial da Assembleia Municipal que permitiam que eles tivessem as magnificas condições de trabalho que tinham ali, e, ainda, no dia-a-dia pela magnífica resposta que lhes davam a todo e qualquer pedido por mais comodista que fosse. -----

----- Referiu, seguidamente, que a presença do CDS-PP na Assembleia Municipal tinha apenas um único objectivo, que era o de garantir que o governo da cidade fosse um governo eficaz, um governo que trouxesse a felicidade e o bem-estar aos cidadãos de Lisboa. Apenas teriam como baliza, como limitação, que as medidas que para isso deveriam contribuir, respeitassem, obviamente, aquela que era a matriz de pensamento da democracia cristã. Era apenas isso que os guiava. -----

----- Disse, depois, que desejavam que todo o trabalho da Assembleia, da Câmara e da própria oposição na Câmara Municipal, tivesse o único objectivo de respeitar a vontade popular garantindo a felicidade e o bem-estar dos cidadãos.-----

----- Continuando, disse que desejava fazer um comentário sobre uma questão candente que tinha sido a florada pelo orador anterior, concretamente a questão tão badalada do novo estádio Sport Lisboa e Benfica.-----

----- Referiu, então, que o CDS-PP não tinha, obviamente, qualquer responsabilidade na polémica. Tinha apenas um único desejo, que pensava ser também o único desejo do povo de Lisboa, e afinal de Portugal, que era ver claramente exposta a verdade. Tinham todos o direito, e tinham os responsáveis pela governação da cidade a obrigação de esclarecer inequivocamente qual era o caminho que pretendiam na gestão desse problema, mas não podia ser nunca um caminho de facilidade ou de violação da lei fosse sobre que pretexto fosse. A lei é sagrada, e se alguém fosse prejudicado pela aplicação da lei, lamentava, mas a lei era para ser cumprida. -----

----- Venha a verdade, venha o cumprimento da lei, e que tudo corra pelo melhor, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse aquando da última reunião da Assembleia no mandato anterior, fizeram referências e saudações, quer aos eleitores, quer aos eleitos, e também à Mesa, na sequência dos resultados das eleições de 16 de Dezembro, e, portanto, passava agora essa nota. -----

----- Seguidamente, depois de referir que o PEV se associava ao voto de pesar que estava na Mesa, disse que iria aludir a algumas intervenções do público para recordar que em reuniões de anteriores mandatos tinham ali apresentado, por diversas vezes, recomendações relativas, quer a barreiras arquitectónicas, quer à defesa do espaço

público, e que, portanto, se reviam e se identificavam com alguns problemas apresentados na Assembleia por diversos munícipes. -----

----- Lembrou que o PEV, na última reunião da Assembleia do mandato anterior, tinha assumido o compromisso de que manteria uma atitude construtiva, como tivera nos anteriores mandatos, no sentido de continuar a apresentar diversas recomendações para situações específicas e programas pontuais de intervenção do Executivo. -----

----- Assim, o PEV apresentava nesta reunião uma recomendação relativa à necessidade de se passar a fazer a recolha selectiva e a reciclagem das amalgamas dentárias com mercúrio, e de todos os resíduos com mercúrio produzidos nas unidades de saúde odontológicas, cujo grande objectivo era evitar que o mercúrio tivesse como destino final os resíduos domésticos. É que a amalgama dentária é constituída em 55% por mercúrio, matéria que é completamente inerte, demora anos no meio ambiente para se transformar e, portanto, deixava uma herança pesadíssima para as gerações vindouras até com impactos na saúde que, em última análise, poderiam conduzir à morte. -----

----- Detentores da tecnologia que permitia a reciclagem e detentores do conhecimento científico sobre o impacto no ambiente e na saúde, era entendimento do PEV que se justificava passar de uma fase em que tinham uma reciclagem de produtos dirigidos à população em geral – e a rede de ecopontos foi uma marca importante nesse percurso – para uma fase de recolha de produtos e matérias específicas cuja localização de produção e de utilização se conhecia. Portanto, era importante uma política direccionada para a recolha desses resíduos a fim de evitar que o seu destino final seja o dos resíduos domésticos. Ao mesmo tempo, era preciso também uma crescente sensibilização de sectores específicos, industriais ou de serviços. -----

----- Continuando, depois de agradecer ao Dr. Daniel Ribeiro a sensibilização e informação que prestara sobre esta matéria bem como o entusiasmo que tinha na apresentação desta proposta, referiu-se à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda dizendo que o PEV se identificava com a questão do período de inquérito público e de debate público sobre o Plano Director Municipal. -----

----- Recordou que já aquando do debate sobre o Elevador de São Jorge, o BE tinha apresentado uma recomendação que propunha a realização de um debate de ideias alargado sobre a matéria, que coincidia com o período eleitoral, e na altura o PEV recomendara ao BE que não fizesse coincidir isso com o período eleitoral, ideia que, aliás, havia sido aceite pelo BE e que motivara que adiassem isso para outra altura. ----

----- Agora, o PEV entendia também que o debate sobre o PDM não deveria coincidir com períodos eleitorais, porquanto eram períodos de difícil gestão do ponto de vista da lucidez com que se abordavam algumas das temáticas e, portanto, mais do que a questão do fórum de debate era o período de debate, de inquérito público e a divulgação das questões essenciais que estavam pendentes em matéria de revisão do PDM, que passado este período deveria ser reaberto e reorientado. -----

----- Concluiu dizendo que este era o espírito do PEV, que aprovaria a Moção apresentada. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou saudar a Mesa, na pessoa do seu Presidente, Dr. João Amaral, pela sua vitória e desejar-lhe o mesmo trabalho de independência, democraticidade e exactidão que tivera nos últimos anos. -----

----- Depois, saudou também o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, pelo seu novo cargo, assim como os Senhores Vereadores que tinham funções executivas, dizendo que poderiam contar com a posição do Bloco de Esquerda como sempre contara a Assembleia Municipal e os seus Deputados Municipais. Ou seja, sabiam perfeitamente quais eram as diferenças ideológicas e programáticas que tinham, mas nortear-se-iam na Assembleia Municipal, como sempre se nortearam, em função das medidas concretas que serviam os interesses dos lisboetas. Quando com elas estivessem de acordo, a Câmara contaria com o apoio do BE, mas quando não estivessem de acordo contaria com a oposição do BE como sempre o tinham feito anteriormente. -----

----- Exactamente por isso e porque tinham um sentido positivo da Assembleia, e porque apresentaram propostas na última campanha eleitoral, não quiseram chegar a esta sessão para fazer discursos genéricos sobre as campanhas eleitorais ou sobre o que se fez de bem ou de mal, mas que se passasse ao concreto. -----

----- E um dos problemas principais que fazia parte da terceira medida do BE, nos primeiros cem dias da gestão da Câmara Municipal de Lisboa, tinha a ver com um problema central e fundamental, que, aliás, o Sr. Presidente da Câmara ainda ontem havia abordado num debate televisivo em que participara, concretamente o Plano Director Municipal, plano esse que era lei do País publicada em Diário da República e linha principal e primeira grande vitória da primeira gestão da coligação de esquerda, liderada pelo Dr. Jorge Sampaio, quando, finalmente, se fizera e elaborara um plano para a cidade. -----

----- Disse, que estiveram contra quando foi proposta a revisão do PDM em meados do ano passado, porquanto todo o processo estipulado por lei iria decorrer durante um período eleitoral, e continuavam contra porque ele estava quase a terminar, já passara a fase do debate público, mas como tinham visto nos últimos dias continuava ainda em debate público, por exemplo na questão de se daber se se aumentava ou não aumentava a quantidade de área urbanizável junto ao estádio do Benfica, e a maioria dos lisboetas não participara nesse debate. -----

----- Nesse sentido, o BE apresentava hoje uma recomendação à Câmara para que fosse suspenso o actual plano revisor e fosse reaberto com um debate público, que propunham fosse através de uma estrutura que estavam dispostos a discutir com todas as forças políticas da Assembleia Municipal, num fórum da cidade participando nas freguesias com os cidadãos para aumentar a cidadania e a participação dos lisboetas na construção da sua própria cidade. -----

----- E porque estava em debate, nos últimos dias, um problema candente para Lisboa, desejava ainda dizer que sobre esse problema do PDM, em 1994, quando se começara a discutir o problema que vinha já do estádio do Sporting e da nova central de transportes, no Campo Grande, o Dr. Jorge Sampaio permitira que o Benfica

vendesse, para construção de habitação e escritórios, 114.000 m² e que nos terrenos sobrantés, ainda hoje do Benfica, pudesse vir a ser autorizado – e estava assim no PDM – 21.400 m². Era essa a única autorização que existia presentemente na lei do PDM publicada no Diário da República. -----

----- Esse acordo – continuou – densificava um território já de si saturado, mas era equitativo já que pretendia dar ao Sporting o mesmo que tinha sido dado ao Benfica visto que o Sporting queria mais 30.000 a 40.000 m² de construção a propósito da central de camionagem e do Metro, no Campo Grande. -----

----- Apesar disso, todos sabiam que a Segunda Circular passara a ser o principal eixo de entrada na Cidade de Lisboa, via Sintra. Foi construído o Colombo e foram autorizadas, quase se podia dizer, urbanizações selvagens na zona de Benfica que densificaram imenso aquela zona, nomeadamente na Freguesia de São Domingos de Benfica, e, sobre essa matéria, na própria Assembleia Municipal tiveram grandes debates onde foram manifestadas várias opiniões sobre isso. No entanto, o Bloco de Esquerda, quando surgira o problema dos estádios novos, defendera a construção de um Estádio Municipal, o qual, lamentavelmente, o anterior Presidente da Câmara não soubera ou não quisera suportar, e ficaram confrontados com a construção de dois estádios no mesmo eixo rodoviário. -----

----- E, assim, Lisboa estava neste momento confrontada com uma realidade que era no mesmo eixo central da cidade, já completamente afogado e que mais ficaria ainda se se continuasse ali a construir casas, vir a ficar sem qualquer solução. -----

----- Referiu que todos sabiam, e já tinha sido explicado por várias entidades, que o Benfica precisava de muito dinheiro para a construção do seu estádio e que alguns compromissos teriam sido feitos, compromissos esses que o BE não conhecia mas tinha uma cassete de um debate público, na televisão, em que o Dr. João Soares referia que não assumira nenhum compromisso, excepto a bomba de gasolina, e conheciam um texto publicado, há dias, no Diário de Notícias, onde voltava a ser dito que não havia nenhum compromisso. -----

----- A terminar, disse que o BE desejava que sobre esta matéria houvesse um debate claro na Assembleia Municipal e que esse debate fosse feito nos termos da lei do PDM, mas desejava desde já manifestar a posição que assumiram com clareza durante vários debates sobre o desporto profissional no País: não estavam de acordo que a Câmara participasse com capitais – como o Sr. Presidente da Câmara referira e desde já o saudavam por essa sua atitude – não estavam de acordo que se entregassem terrenos aos clubes, fossem eles quais fossem, e não estavam de acordo que se aumentasse a área urbanizável para além dos 21.400 m² que constavam do PDM. Se fosse assim a Câmara teria o apoio do BE, se fosse ao contrário votariam contra, naturalmente. -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)**, no uso da palavra, disse que a recomendação feita pelo Bloco de Esquerda era de alguma maneira a confissão do pecado mais badalado de Lisboa. Entendia mesmo que não havia maneira até de esconder esse pecado, que foi o pecado do caos urbanístico em que Lisboa se transformara nos últimos 12 anos, em que se seguira a política do zigzague, do

betão e do cimento, e nada de harmonia, nada de espaços verdes. Foi a política dos interesses. -----

----- Disse que não estranhava que essa iniciativa fosse do BE, pois recordava-se que até ao último dia do mandato do Dr. João Soares o BE de esquerda estivera com ele lado-a-lado. Agora mostrava sinais de arrependimento e, de facto, era bem-vindo ao outro lado porque o PSD sempre pensara que essa era uma política errada. -----

----- Ainda assim, mesmo que não tivessem as responsabilidades da Eva ou do Adão no cometimento desse pecado, portanto nem mesmo uma responsabilidade menor, também entendiam que era de alterar, que era de repensar Lisboa em termos de revisão do PDM, que efectivamente deveria ser revisto em tempo devido, até 2004, de forma consertada com todos os outros instrumentos. -----

----- Por fim, disse que tinham ali um espírito novo, um espírito que não olhava nem para a esquerda nem para a direita, e porque estavam preocupados com a cidade não queria deixar de dizer que eram bem-vindos, mesmo aqueles que até ao último dia estiveram do lado do pecado. Seria bom que todos fossem capazes de olhar para a cidade de uma forma que estivesse para além dos partidos, já que o que interessava era Lisboa e estavam ali por Lisboa, independentemente de qualquer responsabilidade partidária. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que os votos que os lisboetas lhes deram obrigavam-nos a que trabalhassem juntos durante quatro anos. Oxalá fosse para bem da cidade, que tanto amavam. -----

----- Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara disse que duas vezes as suas carreiras políticas se encontraram. Ou antes, a sua modestíssima carreira política com a fulgurante carreira política do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Quando ele próprio era Presidente da Associação de Arquitectos, o Senhor Presidente da Câmara era então Secretário de Estado da Cultura e, do mesmo lado da barricada, lutaram pela adopção de uma solução moderna na recuperação da Fortaleza de Sagres contra o imobilismo e contra o gosto dominante. -----

----- Sempre admirara e louvara a atenção do Sr. Presidente da Câmara, admiração e louvor que, no entanto, era ofuscada, beliscada, pelo primeiro despacho que dera e que chegara a todos através do Boletim Municipal, concretamente o despacho 42-P/2002, que mandava suspender, por ser susceptível de lesar a curto prazo o interesse público e o desenvolvimento estratégico e planeado da Cidade de Lisboa, a construção de 161 fogos de carácter social, com equipamento, estacionamento, infra-estruturas, espaços exteriores e iluminação pública. Portanto, um plano que lhes parecia que surgia como um plano integrado e razoável. -----

----- Acrescentara ainda o Sr. Presidente da Câmara, na comunicação social, que teriam sido questões de ordem estética que ditaram esse despacho, e falara-se, conseqüentemente, em inclusão, em exclusão e em arrasamento, justificação que entendia ambígua para tão grave decisão. É que poucos dias antes do despacho, tendo ele próprio passado em Monsanto, frente aos casebres demolidos da Vila Amendoeira e entoando aleluias interiores por ter visto desaparecer aquele cancro da cidade, olhando para a encosta da Bela-Flor pensara que aquela malfadada encosta começava

a ter alguma regra. Aquele edifício, um edifício baixo, honesto, rematava a encosta e dava-lhe a esperança de que, finalmente, seria estruturada aquela zona. -----

----- Recordou que essa malfadada encosta tinha sido até hoje um vazadouro de materiais e de pessoas. Há menos de 60 anos ali se localizava grande parte das furnas de Monsanto, onde viviam pessoas cujo realojamento era protelado pelo despacho, ainda que fosse só por 15 dias, pessoas que, provavelmente, eram filhos ou netos daquelas que de forma tão miserável viveram naquelas circunstâncias. -----

----- Disse que não duvidavam das preocupações de ordem estética que nortearam o pensamento do Sr. Presidente da Câmara, mas recordavam, como muitas vezes já o fizeram na Assembleia, que o direito à cidade, o direito à beleza, era um direito que estava consagrado nos Direitos dos Cidadãos que o Conselho da Europa fizera promulgar. Mas, por vezes, junto à estética tinham que pôr a ética, e pedia ao Sr. Presidente da Câmara que aceitasse a ousadia que lhe davam as suas barbas brancas e o facto de ter verificado ser o decano da Assembleia, para lhe dizer que o seu despacho tinha qualquer coisa de cruel. De facto, adiar, nem que fosse por 15 dias, o sonho de 161 pessoas poderem ser realojadas naquele sítio era cruel, e perguntava se não haveria nessa decisão um fenómeno que evocava, e que infelizmente já tinha vindo com frequência à Assembleia, que era o fenómeno de rejeição daqueles que estavam num sítio e que não admitiam que fossem para lá outros: “nós já cá estamos não vem para cá mais ninguém”. -----

----- Este fenómeno, segundo referiu, aparecera em vários sítios da cidade. Por exemplo, aquando do prolongamento da Av. D. Rodrigo da Cunha, alguns habitantes de Alvalade disseram que não queriam que aqueles feios, porcos e maus, de Chelas, descessem à cidade. No caso da Rua das Açucenas a reacção era maior porque, segundo supunham, entre os realojados iriam famílias de etnia cigana, quando ainda hoje, nem mesmo a propósito, na intervenção do público eram os ciganos a referir “nós queremos viver convosco”. Teriam que aceitar esse desejo tão cívico! Aliás, chamava atenção que a palavra “gueto” não figurava no dicionário de português, que a Mouraria era um topónimo porque a judiaria já não existia, mas era natural que para as pessoas que viviam do outro lado da Av. Duarte Pacheco, naqueles brilhantes prédios, ou que passavam apressadas a caminho de Cascais ou do Estoril, lhes fosse repugnante ver ali prédios de realojamento. -----

----- Portanto, não punham em dúvida a preocupação estética do Sr. Presidente da Câmara, mas chamavam a atenção de que não seria aquele edifício que iria desfeiar a cidade. A Cidade de Lisboa se estava desfeada era por causa da lata em cima dos passeios, pela publicidade desordenada, pela indisciplina dos postes e do mobiliário urbano, pelos edifícios degradados, pelos edifícios desocupados e agora destelhados e com as órbitas entaipadas, e, ainda, um por outro perigo que assolava a cidade sob o ponto de vista estético que era, concretamente, os prometidos dois andares aos proprietários absentistas, porque com esses dois andares, a Cidade de Lisboa, que tinha o corpo de uma velhinha delicada, poderia tornar-se numa gorda e balofa matrona. -----

----- A terminar, formulou as seguintes perguntas ao Sr. Presidente da Câmara: -----

----- Em que sentido evoluíra o despacho 42-P/2002? -----

----- Que medidas iria tomar a Câmara em relação a uma eventual rejeição de populações realojadas, e chamava a atenção para a coragem que a Câmara anterior assumira nesse campo? -----

----- Finalmente, quais as medidas que a Câmara iria tomar para que Lisboa fosse cada vez mais bela? -----

----- **A Deputada Municipal Helena Carvalhos dos Santos (PS)**, no uso da palavra, disse que o PS propusera à Assembleia um voto de pesar pelo falecimento, no passado dia 1 de Fevereiro, do ex-deputado Raul Rêgo. Era, dolorosamente, que ali reconheciam a sua falta. -----

----- Disse que não ia ler o voto de pesar porque ele tinha sido distribuído por todas as bancadas e também subscrito por todas elas, mas havia uma palavra pessoal que gostaria de dizer neste momento: Raul Rego tinha sido um amigo durante mais de 30 anos, e com ele a sociedade portuguesa ganhara alguns valores que pessoalmente não queria que com a sua morte fechassem um ciclo. Ao contrário, desejava que a sua herança se prolongasse na sua concepção de cidadania, na sua concepção de dignidade humana, na sua deontologia profissional como jornalista, exactamente essa deontologia profissional que hoje ia faltando, e desejava, ainda, dar um testemunho relativamente à sua presença na Assembleia da República, onde, já doente e de cadeira de rodas, assumindo o seu papel de deputado, fora votar pelos direitos das mulheres. -----

----- Esse era um exemplo que merecia o maior respeito, por isso todas as bancadas subscreveram o voto de pesar, e esperava que a Assembleia Municipal fizesse chegar as condolências à família e recomendasse vivamente à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do nome de Raul Rêgo a uma das artérias nobres da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha a ver com a Moção apresentada pelo PEV, porque, não obstante o mérito da Moção no sentido da preocupação ambiental que era expressada, ela afigurava-se ao PSD um pouco deslocada na parte deliberativa, ao infocar, nos seus pressupostos, que a Câmara a tomasse em linha de conta fazendo reflectir no Orçamento e Plano de Actividades essas mesmas preocupações, sendo certo que de acordo com o quadro legal que lhe era aplicável, referido nos considerando da mesma Moção, se tratava de competências da Administração Central. -----

----- Portanto, sob pena da Câmara querer acompanhar essas questões porque certamente estaria interessada nelas, parecia ao PSD que a sua conclusão não poderia ser nesses termos e, por isso, não poderiam viabilizar a Moção nos termos em que ela estava redigida. -----

----- **O Deputado Municipal José Possidónio (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “No que diz respeito à recomendação proposta a esta Assembleia pelo Bloco de Esquerda, a posição do PCP é a de que o processo de revisão do PDM foi iniciado de acordo com os prazos legais, e visa aperfeiçoar e adaptar às novas realidades da

cidade, um instrumento, que também o PCP, considera de importância preponderante para o desenvolvimento integrado da cidade. -----

----- Há já muito trabalho desenvolvido na definição de critérios e na criação dos termos de referencia da revisão do PDM. -----

----- Este trabalho foi desenvolvido através da contribuição de personalidades e técnicos competentes na matéria e pela recolha das contribuições dos munícipes uma vez que a revisão do PDM foi amplamente publicitada e foram criados os mecanismos de participação dos munícipes. -----

----- Deitar fora todo este trabalho já desenvolvido seria atrasar irremediavelmente um processo de importância crucial para o desenvolvimento equilibrado da cidade. -----

----- No que diz respeito à recomendação da criação de um fórum da cidade, o PCP entende que esse fórum está criado na própria Assembleia Municipal, que tem vindo a promover debates alargados sobre os temas que mais preocupam os lisboetas e tenciona continuar com esta prática. -----

----- Por outro lado tem sido prática que o público possa intervir no início das sessões o que tem permitido dar voz às preocupações dos cidadãos e cidadãs desta cidade. -----

----- Assim, o PCP irá votar contra a recomendação do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, depois de saudar o Sr. Presidente da Assembleia pela sua eleição, bem como a Mesa, e também o Sr. Presidente da Câmara e os Vereadores presentes, do PSD e da oposição, iniciou a sua intervenção referindo que o PS iria votar favoravelmente a recomendação apresentada pelo PEV porquanto lhes parecia que era uma Moção útil, interessante e que daria mais qualidade à cidade. -----

----- Mas, relativamente à recomendação apresentada pelo BE disse que já o mesmo não se passava, e apenas e tão só por uma questão de coerência. É que, como o BE ali fizera questão de referenciar pela voz do Deputado Municipal Carlos Marques, esse processo tinha-se iniciado no mandato passado com o apoio da bancada do PS, e, portanto, não havia a mínima razão para que a bancada do PS viesse agora alterar a sua posição, até porque, quando votaram, votaram conscientemente e certos de que aquilo que estavam a fazer era o melhor para a cidade naquele momento. E o facto de entretanto terem ocorrido eleições autárquicas não era isso que justificava que da parte da bancada do PS tivesse havido uma alteração comportamental, que não houve, pelo que, por uma questão de respeito pelos seus próprios princípios, era evidente que rejeitariam a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

----- No entanto, como já ali tinha sido referenciado, o PS estava sempre disponível para encarar todos os instrumentos que servissem para melhorar a qualidade de vida na Cidade de Lisboa. A postura do PS, no passado como no presente, era sempre a mesma, era procurar contribuir com as suas propostas para ajudar a Câmara, e também a Assembleia, a encontrar as melhores soluções para a qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa. -----

----- Seguidamente, disse que já hoje ali tinha sido referenciado o problema da Quinta da Bela Flor, um camarada seu iria também tratar dessa questão, mas pessoalmente não queria deixá-la passar sem traçar ali a preocupação do PS relativamente a uma

outra situação similar que tinha a ver com a Rua das Açucenas. Tratava-se de uma situação relativamente à qual desejavam que a Câmara desse uma explicação à Assembleia, já que tanto quanto sabiam, e era público, tinha havido da parte da Câmara um embargo da obra. -----

----- De facto, o PS não entendia essa situação, e não a entendia por várias razões, das quais, a primeira era que estava em causa o cerceamento de muitas e muitas aspirações de pessoas da Freguesia da Ajuda, que ansiosamente esperavam por ter uma casa digna e condigna, mas que, através desta situação e sem que se vislumbrasse qual o interesse ou algo que tal justificasse, viam esse direito ser cerceado. E como o comportamento do PS iria ser sempre o mesmo, pautar as suas actuações na defesa daquilo que eram as melhores soluções para a população de Lisboa, a bancada do PS desejava que a Câmara explicasse o que se passava relativamente à Rua das Açucenas porque era matéria que relevava de tudo aquilo que era mais importante, e aquilo que era mais importante era o respeito pela dignidade humana. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Martins (PSD)**, no uso da palavra, depois de apresentar os seus cumprimentos ao Sr. Presidente e desejar-lhe um trabalho proficuo na coordenação dos trabalhos da Assembleia, disse que apenas desejava subscrever, em nome do PSD, o voto de pesar pelo falecimento do cidadão Raul Rêgo. -----

----- As diferenças de natureza ideológica não podiam seguramente, para o PSD, pôr em causa a figura de uma pessoa que muito respeitavam, e o cidadão Raul Rêgo, ao longo da sua vida, em particular por aquilo que significara em termos da defesa dos valores da democracia até ao 25 de Abril e posteriormente naquilo que fora o trabalho, a que todos assistiram, da consolidação do processo democrático, merecia todo o respeito. E estava a falar com muito respeito por aquilo que é e que foi o nome de Raul Rêgo e o que realmente tinha sido para a democracia a pessoa de Raul Rêgo. -----

----- Disse, ainda, que desejava sublinhar, embora já tivesse também sido referido pela Deputada Municipal Helena Carvalho dos Santos, do PS, aquilo que foram os valores que realmente nortearam a postura do cidadão Raul Rêgo na sociedade portuguesa, aquilo que era a sua forma de estar e de intervir. Ele próprio, em 1997, assistira à sua entrada na Assembleia da República, numa cadeira de rodas, para exercer e cumprir, até ao limite das suas forças já que estava gravemente enfermo nessa data, demonstrando todo o respeito pelos cargos públicos que exercera. -----

----- O cidadão Raul Rêgo merecia muito respeito da parte do PSD, e daí subscreverem, na íntegra, quer quanto aos seus pressupostos, quer quanto às conclusões, o referido voto de pesar. -----

----- A terminar, disse que ficava o respeito da sua memória e em nome do PSD apenas dizia “que repouse em paz”. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra, começou por, em nome do Executivo da sua Junta, apresentar felicitações a todos os eleitos, Câmara e Assembleia, desejando a todos um bom mandato. -----

----- Depois, disse que não estava presente nesta altura o Sr. Presidente da Câmara pelo que solicitava a atenção do Sr. vice-Presidente já que a questão que pretendia

levantar lhe parecia bastante pertinente e começava a assumir alguma gravidade, sobretudo para as Freguesias. -----

----- Referiu, então, que até ao final do mês corrente deveriam ser elaboradas e aprovadas pelos respectivos Executivos das Juntas de Freguesia as chamadas Grandes Opções do Plano, que incluíam o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano Plurianual de Acções e o Orçamento. -----

----- Ora, uma das regras fundamentais, nos termos da legislação em vigor, dizia que as importâncias relativas a transferências correntes e de capital só poderiam ser consideradas no orçamento em conformidade com a efectiva atribuição pela entidade competente. Mas o que presentemente se verificava, era que a Câmara Municipal não estava a respeitar o princípio contabilístico que a legislação estabelecia, ou seja, o princípio contabilístico da continuidade que dizia que as entidades operavam continuamente e para além dos mandatos. -----

----- O que se verificava era que se estava já em Fevereiro e pelo menos a sua Junta não tinha recebido ainda nenhuma transferência da Câmara Municipal. Sabia que estavam em regime de duodécimos, dentro desse regime da continuidade em que as entidades operavam para lá dos mandatos, mas o certo era que a Junta de Freguesia de Benfca, e tanto quanto sabia também todas as outras, não receberam ainda as respectivas transferências. -----

----- Disse, depois, que a Junta de Freguesia de Benfca anunciava a curto prazo uma rotura financeira, em que não teria sequer dinheiro para pagar os vencimentos aos funcionários, e isto porque não desmontara a estrutura de apoio aos diversos sectores da população de Benfca, como também não desmontara a estrutura de recuperação e manutenção dos vários hectares que estavam a cargo da Junta. E porque a Câmara já tomara posse há mais de mês e meio pensavam que já tivera tempo suficiente para pagar às Freguesias aquilo que lhes competia. -----

----- Pelo menos, era fundamental, já que tinham que fazer os planos até ao fim do mês, que a Câmara, para além das atribuições das competências para as Freguesias, dissesse o que pensava relativamente às transferências que iria fazer para que as pudessem verter no plano. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, depois de saudar a Assembleia, o Presidente da Mesa e a Vereação da Câmara e fazer votos para um trabalho proficuo de todos a bem da cidade, referiu-se ao voto de pesar pelo falecimento de Raul Rêgo recordando que há cerca de 20 anos, quando estava na Assembleia Municipal de Lisboa como Deputado Municipal, a propósito de um voto de pesar pelo falecimento de uma figura política dessa época, um seu colega de bancada, ao fazer a declaração de voto do PPM, parafraseando o imperador Caracala, referiu: “os mortos são dignos de todas as homenagens, desde que haja a certeza de que estão mortos”. -----

----- Mas não era por isso que o PPM se associara ao voto de pesar pela morte de Raul Rêgo. Associara-se sim por considerar que Raul Rêgo, apesar de republicano, era um homem. Um homem adversário do PPM, mas leal, e não tinha sido por acaso que monárquicos como o Prof. Vieira de Almeida, Henrique Galvão e Luís de Almeida

Braga muitas e muitas vezes se tinham junto com ele e com outros republicanos para defesa da liberdade. -----

----- Portanto, subscreveram o voto de pesar, aprová-lo-iam, mas para o PPM bastaria que o voto de pesar, para além da deliberação, tivesse uma simples frase: “Raul Rêgo, um lutador pela liberdade antes e depois do 25 de Abril”. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que era a primeira vez que assumia funções num órgão do Poder Local, porque uma parte da sua vida tinha sido passada ao serviço das Forças Armadas, que ao longo dos séculos foram protagonistas de acontecimentos cruciais da História de Portugal, e outra parte da sua vida passada no exercício da advocacia. -----

----- Disse, depois, que ao assumir agora estas novas funções não podia deixar de recordar os ideais de há 25 anos que apontavam para o desenvolvimento e democratização de Portugal, e essa democratização muito tinha a ver com aquilo que foi o Poder Local em Portugal nos últimos anos, porque, de facto, com o trabalho que desenvolvera contribuíra grandemente para a consolidação da democracia no País, e era em virtude dessa consolidação democrática que todos podiam ser eleitos pela população para a representarem nos diversos órgãos. -----

----- Seguidamente, disse que era Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar e, nessa qualidade, não podia deixar de levantar alguns problemas, dos quais alguns eram comuns à Cidade de Lisboa e outros seriam apenas da Freguesia que representava. ----

----- Um deles tinha a ver com a segurança, área em que, no seu entender, era preciso investir no sentido de que houvesse mais prevenção e mais dissuasão. Segurança não era só a parte policial, mas reivindicava para o Lumiar a existência de uma Divisão já que havia muita população naquela zona e mais haveria brevemente em virtude da urbanização em curso no Alto do Lumiar. -----

----- Um outro problema tinha a ver com a toxicodependência. Sabia, segundo disse, que diversos programas tinham sido ensaiados e desenvolvidos, mas o que era facto é que continuavam a ver a toxicodependência em crescendo nos diversos locais. Teriam que ser capazes de debelar os problemas que se verificavam em Lisboa, e estava convencido que a contribuição de todos levaria a Câmara a tomar posições que fariam com certeza que daqui a quatro anos Lisboa fosse uma cidade com melhor qualidade de vida. -----

----- Um terceiro problema tinha a ver com a habitação. Nos últimos quatro anos a população da cidade colocara, na Assembleia Municipal, 68 questões relacionadas com a habitação e o realojamento, e na sua Freguesia ainda havia três bairros que necessitavam de ver os seus problemas resolvidos, concretamente o Bairro das Calvanas, o Bairro da Cruz Vermelha e o Bairro do Olival, que sendo um bairro de génese ilegal ainda não encontrara forma de solucionar o seu problema apesar de em 1995 ter sido publicada legislação que permitia a solução das áreas urbanas de génese ilegal. -----

----- Disse, ainda, que não queria deixar de salientar – e já tinha visto na comunicação social que o Vereador responsável pelas infra-estruturas viárias tinha posto isso como

prioritário no seu programa – a necessidade da construção da ligação do eixo Norte/Sul à CRIL e a construção da Av. Santos e Castro, que seria uma artéria necessária para as acessibilidades a toda a zona norte da cidade. -----

----- Continuando, disse que nos últimos anos a população do Lumiar interviu na Assembleia Municipal sobre a questão das quintas das Conchas e dos Lilases, o que levava a que na Assembleia Municipal tivesse sido aprovada, por unanimidade, uma Resolução que foi apresentada à Câmara Municipal, no sentido de que fosse alterado o Plano de Urbanização do Alto do Lumiar quanto ao atravessamento das quintas das Conchas e dos Lilases por uma via pública, mas nunca tendo sido essa questão ratificada pelo Governo, parecia-lhe importante que o problema fosse retomado e definitivamente afastada a construção dessa via pública nas quintas. -----

----- Por outro lado, tratando-se de um espaço que requeria requalificação, estava convencido que a actual Câmara, através do Vereador responsável pelo Pelouro do Ambiente e Espaços Verdes, não deixaria de dar continuidade àquele que havia sido o desígnio da Assembleia ao aprovar, por unanimidade, uma Resolução aconselhando à requalificação das quintas. -----

----- Nessa área das quintas, também pretendiam que fosse criado um espaço cultural. Estava presente a Sra. Vereadora da Cultura e esperava que ela não esquecesse que o Lumiar também necessitava de ter espaços culturais, já que não havia necessidade dos milhares de residentes, tendo ali possibilidades de ter um auditório, uma biblioteca, uma sala de exposições que servissem os interesses da população, tivessem que ir para outras zonas da cidade. -----

----- Para esse efeito, indicara o edifício onde presentemente se situava a sede da EPUL, que poderia ser transferida para outro local já que muitas vezes os carros que ali se dirigiam povoavam a Quinta dos Lilases, o que lhe parecia ser manifestamente inaceitável. -----

----- Referindo-se ao aterro sanitário do Vale do Forno, disse que ele exalava cheiros para a população dos arredores e, por outro lado, ainda não se encontrara o engenho e a arte para conseguir requalificar aquela zona tornando-a numa zona verde da cidade. -

----- Disse, ainda, que o centro de saúde do Lumiar já fazia planos para reduzir a sua actividade em virtude de não possuir médicos, pelo que esperava que o Sr. Presidente da Câmara, com a capacidade de intervenção que tinha, conseguisse resolver esse problema de modo a não diminuir os cuidados de saúde da população do Lumiar e das Freguesias vizinhas, nomeadamente a Ameixoeira e a Charneca. -----

----- Por fim, referindo-se aos emigrantes do leste da Europa, recordou que Portugal foi um País de navegadores que andaram por todo o mundo e contactaram com milhares de pessoas, em diversos continentes, que sempre os souberam aceitar. Depois, nos anos sessenta, muitos portugueses imigraram também para França e para a Alemanha onde resolveram as suas vidas. Presentemente viam muitos desses emigrantes de leste agarrados aos caixotes do lixo, de noite, muitas vezes sujando a rua, mas estava convencido que a Câmara Municipal, através da Vereadora responsável pelo Pelouro da Acção Social, seria capaz de criar programas que viessem atenuar esse problema. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, depois de agradecer as palavras que pelos diversos oradores foram dirigidas à Mesa, disse que se ia iniciar o processo de votação das Moções apresentadas e já transcritas nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Antes, porém, informou que o PEV tinha aditado uma alteração à parte deliberativa da Moção nº 1, que apresentara, a qual, no 1º parágrafo da deliberação, passava a ter a seguinte redacção final:-----

----- “Que o executivo elabore e leve a efeito um programa com vista a assegurar, em colaboração com as demais entidades com responsabilidades na matéria, quer a existência de um sistema de recolha selectiva, quer o encaminhamento para o processo de reciclagem (e consequente reutilização dos elementos constituintes) de amalgamas dentárias com mercúrio, bem como dos demais resíduos com mercúrio produzidos nas unidades de saúde, que prossigam actividades de prevenção, diagnóstico e tratamento das anomalias e doenças dos dentes, boca, maxilares e estruturas anexas”. -----

----- Depois, submeteu à votação as Moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a Moção nº 1 com a alteração introduzida, que era uma recomendação apresentada pelo PEV, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PSD e PPM e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a Moção nº 2, que era uma recomendação apresentada pelo BE, com votos contra do PCP, PS e CDS-PP, e votos favoráveis do PSD, PEV, PPM e BE. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a Moção nº 3, que era um voto de pesar pelo falecimento de Raul Rêgo, subscrito por representantes de todas as forças políticas. ---

----- Finda a votação do voto de pesar, o **Senhor Presidente** propôs que se fizesse um minuto de silêncio, tendo a Assembleia, de pé, guardado um minuto de silêncio em memória de Raul Rêgo. -----

----- Terminadas as votações, o **Senhor Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da C.M.L. acerca da actividade Municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 9/2002;** -----

----- **Ponto 3 - Deliberar sobre a constituição das comissões da A.M.L.;** -----

----- **Ponto 4 - Deliberar sobre os representantes da A.M.L. nos Conselhos Gerais dos Hospitais;** -----

----- **Ponto 5 - Deliberar sobre os representantes da A.M.L. no Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas;** -----

----- **Ponto 6 - Deliberar sobre o representante da A.M.L. no Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência ;**-----

----- **Ponto 7 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para a Associação Nacional de Municípios Portugueses;** -----

----- Ponto 8 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Assembleia Distrital; -----

----- Ponto 9 - Eleição de um representante na Comissão Concelhia de Saúde; -----

----- Ponto 10 - Eleição dos representantes A.M.L. para o Conselho Municipal de Segurança; -----

----- Ponto 11 – Eleição de 5 membros para o Conselho Geral da EMARLIS; -----

----- Ponto 12 - Eleição dos 4 Membros para Conselho Geral da EBAHL; -----

----- Ponto 13 - Eleição de 3 Membros para o Conselho Geral da LIS. -----

----- Foi ainda distribuído um aditamento com mais o seguinte ponto: -----

----- Ponto 14 - Proposta 32/2002; -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- Tal como havia sido informado pelo Sr. Presidente no início da reunião, iniciou-se o período da Ordem do Dia com a discussão e votação do ponto 14 da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 14 – PROPOSTA 32/2002 – APROVAR A ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO CELEBRADO EM 26/11/97, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO.** -----

----- PROPOSTA 32/2002 -----

----- “Considerando que, -----

----- Foi celebrado em 24 de Março de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º. 163/93, de 7 de Maio, o 1.º. Contrato-Programa de Participação à Aquisição e construção de Habitações (PER) entre a Câmara Municipal de Lisboa e o INH – Instituto Nacional de Habitação, tendo sido acordado a construção de 957 fogos sob o regime de custos controlados e a aquisição de 1637 fogos, num total de 2594 fogos, destinados ao realojamento de populações residentes em barracas e situações similares. -----

----- Através do mencionado documento e nos termos do disposto nos artigos 6.º e 8.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio, foi estabelecido que aquele Instituto iria conceder participações a fundo perdido para a construção e aquisição de fogos, no montante de 50% do financiamento aprovado. -----

----- Em 26 de Novembro de 1997, o Município celebrou um contrato de abertura de crédito com o CISF-Banco de Investimento, SA, actualmente denominado Banco Comercial Português de Investimento, SA, de ora em diante designado BCP Investimento, com vista à obtenção do remanescente dos recursos financeiros, no montante de 46.388.204,43 Euros. -----

----- As previsões do mencionado Contrato-Programa vieram a demonstrar-se desactualizadas face à necessidade de rever o número de fogos a construir/adquirir, e consequentemente o montante máximo de investimento estimado. -----

----- Nessa medida, foi celebrado, em 5 de Dezembro de 2000, um aditamento ao Contrato-Programa de participação à aquisição e construção de habitações (PER) tendo em vista a redução do número de fogos a construir (12 fogos) e o aumento do número de fogos a adquirir (42 fogos); e acréscimo de 2.202.337,72 Euros de empréstimo e igual valor de participação. -----

----- Assim sendo, importa alterar o Contrato de Abertura de Crédito celebrado com o BCP Investimento. Para além disso torna-se necessário introduzir nesse aditamento a alteração regulamentar decorrente da Portaria n.º 1149/2001, de 29 de Setembro, que veio permitir, de acordo com o interesse das partes e aceitação pelo INH, prorrogar o período de utilização. -----

----- A contratação deste financiamento não releva para os limites legais de endividamento nos termos da alínea c), do n.º 6 do art. 24º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 6, do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para que esta delibere ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do art. 53º do mesmo diploma, alterar o contrato de abertura de crédito celebrado em 26 de Novembro de 1997, nos termos da minuta que se encontra em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante, cujas condições fundamentais seguidamente se discriminam: -----

----- Montante: 2.202.337,72 Euros (dois milhões, duzentos e dois mil, trezentos e trinta e sete euros e setenta e dois cêntimos); -----

----- Finalidade: Construir e Adquirir habitações destinadas ao realojamento de residentes em barracas e situações similares; -----

----- Período de Utilização: até 23 de Maio de 2002; -----

----- Maturidade: 23 de Maio de 2025. -----

----- Taxa de juro: EURIBOR a 180 dias acrescida de uma margem de 0,175% a.a.; --

----- Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para, nos termos do n.º 7, do art. 24.º, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, consignar a favor do BCP Investimento, as receitas municipais, com excepção dos subsídios, participações e receitas consignadas, para garantia do capital juros e demais encargos do empréstimo, ficando aquela instituição autorizada a receber as verbas consignadas directamente do Estado, até ao limite dos montantes devidos e não pagos.” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 32/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara, dado o seu pouco tempo de exercício, não enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1 da alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tendo o Sr. Presidente da Câmara feito uma intervenção oral para iniciar este ponto. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção dizendo que era uma honra para si estar nesta qualidade na Assembleia Municipal, e saudava, respeitosamente, o Sr. Presidente da Assembleia, a quem mais uma vez felicitava pela sua eleição, assim como os demais membros da Mesa, desejando a todos, na pessoa do Sr. Presidente, as maiores felicidades para o exercício deste mandato em que iriam ter que trabalhar juntos no interesse da população de Lisboa. ---

----- Seguidamente, disse que da sua parte, da parte da Câmara Municipal, não haveria a tentação de cair no prosseguimento da análise dos resultados eleitorais. Aliás, da sua parte esse dia já lhe parecia bastante distante no passado, o trabalho tinha sido muito já neste mês, e, portanto, para si era quase como que um regressar ao passado ouvir análises como as que ali ouvira sobre os porquês do que se teria passado no dia 16 de Dezembro. -----

----- Por isso, voltava a dizer o que mais ou menos havia dito no discurso da tomada de posse: reconhecia e registava os resultados para a Assembleia Municipal, como reconhecia e registava os resultados para a Câmara Municipal, que foram aqueles que os eleitores quiseram, e respeitando a vontade do eleitorado ali estavam todos para trabalhar segundo esses resultados. Mas as análises deixava-as para outras pessoas. ---

----- Sobre os pontos em concreto ali apresentados e sobre o trabalho que a Câmara tinha procurado desenvolver, disse que a primeira preocupação que os norteava era, obviamente, fazer a confirmação das informações que tinham sobre a organização da Câmara, sobre a estrutura dos serviços directamente pertencentes à estrutura da Câmara e das entidades ligadas à Câmara Municipal. -----

----- Essa não era uma tarefa fácil, era uma tarefa que exigia algum espírito herdeiro daqueles que, embora com mais modéstia, menos rasgo e menos coragem, descobriram mares nunca dantes navegados na História de Portugal. Tinham também que ter, de facto, um espírito de descobridores porque era quase uma gesta encontrarem todos os gabinetes e todas as entidades que existiam, mais formalizadas umas e menos formalizadas outras, mas neste mês de exercício de funções, há medida que o tempo passava, foram tendo uma noção mais precisa. -----

----- Era evidente que nestes primeiros tempos de funções foram acontecendo surpresas a todos, não era só a descoberta da estrutura dos serviços da Câmara, era também a descoberta da realidade financeira. Estavam a preparar a apresentação da proposta de auditorias, auditorias essas que não eram de ameaças ou de desconfianças, mas sim conferências de pontos de situação que também gostariam que fizessem no dia em que esta Câmara cessar funções. Aliás, diria mesmo que deveriam viver permanentemente auditados, portanto sujeitos a controlo de gestão, a controlo de procedimentos, para a Câmara viver numa transparência de gestão e num controlo sobre o que se passava consigo própria que deixasse todos tranquilos em relação aos vários níveis de funcionamento da Câmara Municipal. -----

----- De resto, podia mesmo dizer que algumas surpresas iam acontecendo, e talvez as maiores surpresas fossem a propósito do funcionamento de projectos ou entidades não institucionalizadas. Estava presente a Directora do DAGAI, Departamento que trabalhava directamente com a Presidência da Câmara, que sabia das despesas que lhes

tinham sido apresentadas nestas últimas semanas, não cabimentadas, não previstas no orçamento, que iam sendo apresentadas à medida que chegavam as respectivas facturas e que atingiam um montante próximo do milhão de contos. -----

----- Por outro lado, havia outras não formalizadas como, por exemplo, a obra da Praça da Figueira, relativamente à qual, na passada sexta-feira, tinha sido surpreendido com a apresentação de trabalhos, não incluídos em nenhum contrato mas mandados fazer pela Câmara, na ordem do meio milhão de contos de uma empreitada que estava mais ou menos dividida entre a Câmara Municipal e o Metro, mas da qual apenas cabia ao Metro pagar 117.000 contos. -----

----- Isto – disse – apenas para dar duas breves ideias daquilo que era esse espírito de descoberta, que com certeza a todos devia caracterizar e que era temperado da parte da Câmara com a preocupação de regularização de situações. Pessoalmente gostava de sublinhar que o termo irregularidade não significava, necessariamente, nada que merecesse uma censura nem nada próximo de qualquer atitude de contornos criminais, mas uma mera irregularidade, e era disso que até agora falaram. Eram situações que ainda não estavam completamente regularizadas no plano formal, mas que davam, obviamente, alguma preocupação quanto à maneira como as teriam que resolver, até porque aquilo que já tinham apurado correspondia, de facto, na maior parte dos casos a obra efectivamente realizada, a despesa efectivamente realizada, e, portanto, tratava-se de uma regularização formal. No caso da Praça da Figueira eram, aliás, a maior parte delas despesas visadas ou autorizadas por pessoas contratadas pela Câmara ou pertencentes aos serviços da Câmara Municipal. -----

----- Portanto, estavam nesta fase ainda, mas podiam fazer o mesmo que faziam outros autarcas recém-eleitos, que era virarem-se para dentro nessa análise da organização dos serviços da Câmara e pedirem às pessoas um compasso de espera. No entanto, essa não foi a opção, não foi o caminho seguido pela Câmara, porque sabiam que havia muitas medidas que as pessoas exigiam com premência, como ainda há pouco constataria numa saída ao exterior da Sala do Plenário da Assembleia Municipal, onde fora abordado por pessoas que estavam no público, que aproveitava para saudar e através delas saudar também de uma forma especial os cidadãos de Lisboa. Por alguma razão, por muitas razões, as pessoas esperavam com ansiedade a resolução de uma série de problemas, e havia outros que impunham a adopção de medidas que ou eram tomadas agora ou não produziriam efeito útil. -----

----- Passando a responder a dois assuntos que tinham sido referidos no período de Antes da Ordem do Dia, a questão da Rua das Açucenas e a questão da Quinta da Bela Flor, disse que, de facto, tinham sido feitos despachos de suspensão das obras, mas desejava dizer ao Deputado Municipal, Arqtº Silva Dias, que havia um nível de conversa no qual, com todo o respeito, não entraria. Havia mesmo uma resposta que nem lhe daria, a propósito da recusa, ou da repulsa, de ter pessoas perto ou longe, porque era um estilo de raciocínio que não sabia fazer e um estilo de sentimento que não conhecia. Cada um falava do que conhecia e do que sabia, tinha vivido a maior parte da sua vida e da sua juventude num bairro de Olivais-Sul onde convivera com pessoas das mais diversas características, à luz de uma concepção de bairro que tinha a

paternidade o Arqtº Teotónio Pereira e outros. Não sabia se o Arqtº Silva Dias era de origem proletária ou camponesa, não sabia qual era a sua origem, mas sabia qual era a sua, sabia como encarava o seu próximo, os seus concidadãos, não conhecia esse tipo de sentimentos e, portanto, nem sequer respondia a esse tipo de considerações. -----

----- Mas dizia, em relação à Rua das Açucenas, que o que se estava ali a construir, na opinião de muitos e também na opinião da Câmara, violava o PDM, e isso, à luz da maneira de ver de um arquitecto, deveria ser importante. Compreendia que não fosse por outras razões, ou melhor, compreender não compreendia, constatar que não era. Mas violava o PDM o que estava a ser construído! E não considerava que as famílias que viviam na zona consolidada de moradias no Alto da Ajuda vivessem no fausto e no luxo, ou que fossem “Champalimons” como costumava dizer o Secretário Geral do Partido Comunista, mas, enfim, não as tinha na conta de que fossem famílias exploradoras da grande maioria da população. Eram pessoas que tinham a sua vida calma, pacata, organizada numa zona que considerava que estava protegida como tal pelo PDM há muitos anos, como devia estar também protegida a zona da encosta do Palácio da Ajuda, prevista no plano do Arqtº Gonçalo Birne, e que tinha para lá prevista construção – que muitas pessoas da Câmara conheciam bem, e ia registando os silêncios e os pronunciamentos de alguns nomes e algumas omissões na Câmara – mas havia projectos para ali, as pessoas já foram à Câmara e a Câmara disse não. -----

----- É que, de facto, antes das eleições disseram uma coisa e depois das eleições fariam exactamente aquilo que haviam dito antes, não o contrário. -----

----- Portanto, em relação à Rua das Açucenas o problema neste momento estava em apreciação, e apreciação significava ponderação, ponderação reflectida com todos, tantos quanto possível. Havia já lá prédios construídos, uns praticamente concluídos e outros numa fase diferente, pessoalmente já tinha estado nas ruas de cima para ver os problemas dos direitos de vistas das pessoas. -----

----- Aliás, quando neste caso se dizia que tomara essa medida por uma mera razão estética, e quando se cometiam atentados ao património se dizia que não se valorizavam e não se respeitavam as razões e os princípios de ordem estética que deviam nortear qualquer gestor autárquico em qualquer cidade, perguntava, então, se ter tomado opções por razões estéticas seria por meras razões, por meras causas, ou por causas importantes e por motivos importantes. E vindo isso da boca de um arquitecto confessava que ainda mais o espantava essa alusão, de modo depreciativo, às razões estéticas que estavam, ou podiam estar, na base de algumas medidas. -----

----- Quanto às famílias da Quinta da Bela Flor, disse que não eram 161 fogos que estavam em causa, já que os lotes A e B iriam continuar, a questão tinha já sido tratada em Câmara. O que estava em causa era apenas o lote C, e mesmo em relação a esse tinha ficado assente em reunião de Câmara, apesar da votação ter sido contra por parte dos Vereadores da coligação Amar Lisboa, que se iria ponderar a questão do estacionamento, a possibilidade de aproveitamento de um piso para algumas finalidades faladas nessa mesma reunião. Portanto, eram apenas 49 fogos que estavam em ali causa, e cujo realojamento estava assegurado. -----

----- Disse, ainda a propósito desta questão, que se havia fama que não tinha era de ser cruel. Não tratava ninguém com crueldade. Aliás podia garantir que a preocupação que tinham era a de assegurar o realojamento das famílias, apesar de, como fora dito, elas terem esperado tantos anos para serem realojadas e da responsabilidade não ser desta Câmara, que não estava há 12 anos no poder. De resto, já tinha realojado muitas famílias, na Figueira da Foz fizera-o congregando pessoas até de diversas etnias, raças, pessoas que estiveram juntas, nunca aceitando os argumentos daqueles que disseram, por exemplo em relação a determinadas etnias que viviam em Portugal há muitos anos, que deviam viver à parte. Não! As pessoas teriam que ser postas a viver em conjunto sem ser em guetos. -----

----- Portanto, em relação a essas matérias desejava dizer muito claramente que não aceitava, mas não aceitava mesmo, nenhum tipo de lição, de ordem moral ou qualquer outra, fosse de quem fosse e muito menos de quem tinha estado no poder durante 12 anos e deixara que determinadas situações tivessem chegado ao ponto que chegaram, como já tinha visto em Lisboa. Mas garantia que se estivesse 12 anos no poder, ou se estiver, nem metade do tempo essas situações perdurariam. Que isso ficasse bem claro! -----

----- Em relação à questão relacionada com o Sport Lisboa e Benfica, disse que não sabia se a intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho já estava escrita anteontem ou se teria sido escrita ontem ou depois de ontem, mas de forma muito clara pretendia dizer que quem tinha arranjado este embrulho, ou este imbróglio, não tinha sido ele. Aliás já ontem tinha explicado isso na televisão e pelas mensagens que recebera hoje, todos os cidadãos, mesmo aqueles menos atentos, tinham entendido. Não entendera quem não quis, porque quem quisera entender entendeu. -----

----- Mas em relação a quem tinha determinada posição na Assembleia Municipal, desejava dizer, em nome do Executivo, com quem tinha tido oportunidade de falar antes de tomar esta posição, que tinha todo o gosto, dado até o ar de cátedra com que o Deputado Municipal Miguel Coelho falara exibindo o poder da Assembleia, em que a Assembleia Municipal deliberasse, hoje, se o Sr. Presidente autorizasse, sobre o que era que autorizava ao não autorizava ao Sport Lisboa e Benfica. -----

----- É que, de facto, era a Assembleia Municipal que tinha que decidir. O Deputado Municipal Miguel Coelho já tinha dito que não autorizava mais de 80.000 m² e, quanto a isso, tudo bem, que assumissem hoje mesmo essa deliberação porque isso de falar sem assumir responsabilidades era muito bonito, mas a Câmara Municipal de Lisboa dizia, desde já, que colocava nas mãos da coligação Amar Lisboa, que tinha maioria na Assembleia, a responsabilidade de decidir sobre o que havia a decidir em relação ao Estádio da Luz. -----

----- Quer dizer, faziam os acordos, escritos ou não escritos, estava todo esse sarilho montado que tinha que ser resolvido, e depois vinham ainda ali referir: “atenção que nós estamos atentos a fiscalizar o que é que os senhores fazem”! Se queriam o equilíbrio ali naquela zona de Lisboa, não queriam mais determinada construção, a Câmara estava perfeitamente à vontade, quem tinha as maiorias assumia as responsabilidades. E quando as maiorias não conseguiam resolver o problema, havia

ainda uma outra maneira, prevista em democracia, que era o voto do eleitorado. Aliás, nesta primeira reunião da Assembleia, desde já referia, de forma muito clara, que estavam permanentemente disponíveis quando houvesse dúvidas sobre a legitimidade que lhes assistia em relação à governação da cidade, e respeitariam o veredicto do eleitorado. -----

----- Mas as pessoas arranjam um problema, põem-se de fora e dizem que iam fiscalizar como se fosse esta Câmara a autora dessa combinata com o Sport Lisboa e Benfica ou com que clube fosse, isso não. Tudo tinha os seus limites de razoabilidade. A Câmara daria o melhor do seu esforço, empenhar-se-ia com toda a sua capacidade para tentar resolver o problema. Por isso o Partido Socialista não podia ir armar-se em fiscais de acordos feitos ou da capacidade da Câmara para tratar com as instituições que tinham que trabalhar para o Euro 2004. -----

----- Por conseguinte, essa seria uma maneira de poupar tempo à cidade, poupar tempo às instituições e poupar tempo a todos: a Assembleia Municipal dizia já, em relação aos vários pontos que estavam pendentes do acordo com o Sport Lisboa e Benfica, o que era que entendia que era razoável, e como a coligação que detinha agora a maioria na Assembleia era a mesma que detinha a maioria na Câmara na altura em que tudo isso fora celebrado, pensava mesmo que até haveria alguma lógica institucional nisso tudo. Mas dizia, de forma muito clara, que não se eximia às suas responsabilidades, e, por isso, se a Assembleia Municipal não o quisesse fazer continuariam a trabalhar nesse sentido. No entanto, entendia que seria congruente com o que tinha sido dito pelo Deputado Municipal Miguel Coelho que essa responsabilidade fosse assumida, porque só falar não chegava, era preciso que se assumissem as responsabilidades do que se dizia. -----

----- Além disso, o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha sido também um pouco incoerente quando referira que o PPD/PSD nas Juntas de Freguesia não deixava governar porque se coligara com outras forças políticas, e depois referira: “na Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara tem que ter em atenção porque estamos cá nós se quer governar não pode pôr em causa o passado e a maneira como foi feito no passado”. Ora, ou se respeitava quem tinha que governar ou não, não podia existir dois pesos e duas medidas. -----

----- A terminar, disse que o Sr. Presidente, há dias, tinha tido a gentileza de lhe perguntar se ele queria solicitar o agendamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, ao que respondera que entendia que ainda era precoce, portanto não era esse o seu propósito. Era uma inconfidência que publicamente fazia ao referir a disponibilidade do Sr. Presidente e a posição que ele próprio tivera, mas, face à intervenção feita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, queria dizer que a Câmara não se sentia com a obrigação de estar a ser fiscalizada nesta matéria durante muito tempo por aqueles que eram os principais responsáveis da situação a que se chegara e, portanto, estavam à vontade para aceitar uma deliberação da Assembleia Municipal sobre essa questão. ---

----- **O Senhor Presidente**, depois de agradecer e retribuir as palavras que foram dirigidas à Mesa, disse que não era inconfidência nenhuma que tivesse manifestado a disponibilidade da Mesa para agendar uma proposta da Câmara que houvesse sobre a

matéria. Aliás, era seu dever e fizeram isso em relação a uma outra proposta que acabara por ser agendada como aditamento. -----

----- Depois, chamou a atenção de todos os presentes que considerassem que só os Deputados Municipais e os Vereadores, que também estavam ali sentados por direito próprio, podiam aplaudir e discordar das intervenções. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, leu a intervenção que a seguir se transcreve: ---

----- “Quero fazer uso desta tribuna no ponto de perguntas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para dizer que a Junta de Freguesia do Beato reuniu, ontem, dia 4 de Fevereiro de 2002, com o movimento associativo da Freguesia, tendo como objectivo definir a actividade de parceria com a Junta de Freguesia. -----

----- Na reunião, foi a Junta de Freguesia do Beato confrontada com as seguintes perguntas: -----

----- 1 – Qual a relação que existe entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia? -----

----- 2 – Qual a política que a Câmara Municipal de Lisboa vai manter com o movimento associativo? -----

----- 3 – Se se pensava prosseguir o apoio financeiro que vinha sendo dado para actividades e obras? -----

----- 4 – Qual o apoio à organização das Festas de Lisboa, arraiais e marchas infantis? -

----- A resposta da Junta foi a seguinte: -----

----- A Junta de Freguesia desconhece e não tem nenhuma relação com a Câmara Municipal de Lisboa porque esta ainda não o fez. Não sabemos qual é a posição que a Câmara vai tomar em relação a estas questões. -----

----- Aqui, desta tribuna, colocamos as perguntas que nos foram solicitadas e agradecemos que o Sr. Presidente da Câmara nos respondesse a fim de podermos informar o movimento associativo destas questões. -----

----- Por último, queria lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que o artigo 53º da Lei 169/99, diz que compete à Assembleia Municipal fiscalizar os actos da Câmara Municipal de Lisboa, e isso fariam durante o mandato.” -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina venho aqui demonstrar a minha preocupação, que penso ser comum a todos os colegas Presidentes de Junta, relativamente ao facto de ainda não ter havido qualquer transferência corrente para funcionamento das Juntas de Freguesia, durante este primeiro trimestre. -----

----- As transferências correntes são uma prática que tem ocorrido, mesmo após o Fundo de Financiamento das Freguesias vir directamente do Orçamento de Estado para as Juntas, as Juntas de Freguesia têm visto sempre as transferências correntes sucessivamente aumentadas de ano para ano. Concretamente, no ano 2000 a Câmara transferiu para as Juntas de Freguesia o valor global de 1.500.000 contos e, em 2001, verificara-se um aumento de cerca de 7% tendo transferido 1.600.000 contos. -----

----- Por outro lado, queria também manifestar preocupação relativamente à preparação do orçamento das Juntas de Freguesia. Isto é, as Juntas de Freguesia, neste momento, debatem-se com dois problemas: por um lado estão sujeitas a bloquear as suas actividades visto ainda não terem recebido qualquer transferência da Câmara Municipal de Lisboa para despesas de funcionamento, e, por outro lado, têm que preparar os seus orçamentos para 2002 e não o podem fazer. -----

----- Gostaríamos de saber se a prática iniciada com o Dr. Jorge Sampaio de um reforço substancial nas transferências financeiras para as Juntas de Freguesia para despesas de funcionamento – não me estou a referir a protocolos – vai continuar. -----

----- Por outro lado, estamos também preocupados com alguns programas que estavam em curso, nomeadamente os programas de prevenção primária da toxicodependência, iniciados no primeiro mandato do Dr. Jorge Sampaio, e em particular com os de prevenção primária específica que envolveram actividades extremamente importantes em diversas Juntas de Freguesia com jovens e crianças em risco, e em que a Câmara despendeu bastante, financeiramente, na formação e avaliação de agentes locais de prevenção. -----

----- Esses agentes locais têm estado a exercer as suas actividades em várias Juntas de Freguesia e são pagos mediante transferências da Câmara para essas Juntas de Freguesia. Essas Freguesias – e estou a referir o caso de Santa Catarina – não podem continuar a assumir esse pagamento porque não têm os meios próprios para isso. -----

----- Portanto, chamamos a atenção e gostaríamos de saber o que se vai passar também relativamente a estes agentes de prevenção, não só pelo papel importante que eles têm tido na comunidade, mas também pelo que foi investido neles pela própria Câmara Municipal de Lisboa e, ainda, pela situação dos próprios que em geral são jovens a quem gostaríamos de dar uma resposta. Temo-lhes explicado que nós estamos ao lado deles, mas que as Juntas não podem continuar com este programa se não forem apoiadas pela Câmara. -----

----- Também gostaríamos de saber se na sequência da aprovação da proposta 9/2002, para delegação de competências da Câmara nas Juntas, que certamente vai ser aprovada por unanimidade nesta Assembleia, se está a Câmara Municipal disposta a iniciar o mais urgentemente possível esse processo de delegações para que não sejam comprometidas muitas actividades e serviços que as Juntas de Freguesia têm vindo a desenvolver, bem como novas actividades que poderão ser lançadas em prol das populações. Recordo que há muitos protocolos que, por delegações de competências, estavam a existir com diversas Juntas de Freguesia, nomeadamente com a nossa, que envolviam pagamentos a pessoal, que envolviam pequenas reparações em habitações e uma série de outras actividades que neste momento estão paradas. -----

----- Eram estas as preocupações que eu gostava que fossem respondidas.” -----

----- **O Deputado Municipal Anacoreta Correia (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que as suas primeiras palavras na Assembleia Municipal eram para dar conta da satisfação com que estava ali para seguir os problemas de Lisboa, na sequência do mandato que receberam, e para desejar, em nome do CDS-PP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal as maiores felicidades na condução dos trabalhos desta útil

instituição, e ao Sr. Presidente da Câmara, que herdara um fardo que não era fácil, que o conseguisse levar a bom termo para felicidade de todos os lisboetas. -----

----- Manifestou, depois, a sua satisfação ao Sr. Presidente da Câmara pela forma inteiramente correcta como colocara a questão da auditoria como uma atitude permanente que deveria presidir à vida corrente da Câmara, pois a auditoria era algo que assegurava a transparência de todos os actos, deveria ser uma atitude permanente, e o exercício da auditoria não envolvia, necessariamente, qualquer atitude de suspeição ou de menos apreço pelos actos daqueles que precederam. -----

----- Acerca da questão relacionada com o Benfica, disse que mentiria se dissesse que tinha ficado satisfeito com as informações que o Sr. Presidente da Câmara entendera dar à Assembleia, porque, de facto, elas foram escassas. Compreendia que o problema era difícil e talvez exigisse, neste momento, contactos que por vezes teriam que ser conduzidos com a necessária prudência, mas a verdade era que não competia à Assembleia, ainda que pudessem ver muito bem que outras forças políticas que estiveram na génese de uma outra gestão camarária teriam mais responsabilidades na colocação do problema, mas, de facto, não competia à Assembleia Municipal resolver o problema. -----

----- À Assembleia Municipal, efectivamente, competia acompanhar e fiscalizar a acção do Executivo e estavam ali para ouvir as soluções que a Câmara tinha para esse problema, e por elas, se ainda não estavam prontas, esperariam e em próxima reunião da Assembleia o CDS-PP daria a sua opinião. No entanto, desde já referia que não estavam prontos para colaborar numa solução que fosse a transferência de responsabilidades que estavam claramente definidas nos textos legais que os regiam. -

----- Disse, ainda, que o Sr. Presidente da Câmara poderia contar com a colaboração leal da sua bancada, e que aguardariam, com toda a atenção, a colocação de questões muito importantes quando entendesse por bem comunica-las à Assembleia, nomeadamente quais os pontos de política que tencionava seguir por exemplo em tudo quanto se referia ao futuro das empresas municipais, à municipalização dos transportes e ao papel do Município de Lisboa na Autoridade Metropolitana de Transportes, que lhe parecia ser um ponto sobre o qual todas as forças políticas manifestaram, em consenso, o desejo da sua constituição, mas em relação ao qual, obviamente, não eram todos obrigados a terem as mesmas ideias sobre a forma como pensavam que essa Autoridade Metropolitana deveria ser consubstanciada. -----

----- A rematar, desejou, mais uma vez, as maiores felicidades ao Sr. Presidente da Assembleia e ao Sr. Presidente da Câmara no desempenho dos trabalhos. -----

----- **O Senhor Presidente**, agradeceu as palavras dirigidas à Mesa e retribuiu agradecendo a presença do Deputado Municipal Anacoreta Correia na Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, aludindo à questão do Euro 2004 e às consequências nos estádios, disse que o PEV entendia que os eventos internacionais poderiam ser importantes e catalisadores para a dinâmica e revalorização dos territórios e equipamentos, e disso havia muito bons exemplos: Barcelona era o caso típico apresentado nesta matéria, mesmo a EXPO ou a Lisboa

Capital Europeia da Cultura/94 o tinham sido também para a Cidade de Lisboa, e, portanto, sobre essa matéria o PEV não tinha nenhuma relutância. -----

----- No entanto, o Euro 2004, de acordo com o que vinha sendo público, negava, no entender do PEV, algum desse optimismo. O Estado financiara o desaparecimento de estádios com diversas valências para construir alguns estádios de futebol, porque a Cidade de Lisboa, a ser verdade as várias apresentações dos estádios do Benfica e do Sporting, via o desaparecimento de duas pistas de *tartan*. Poder-se-ia dizer que não havia um Ministério do Desporto mas um Ministério do Futebol, o que era empobrecedor e triste. -----

----- Por outro lado, quanto à opção pelo apoio aos quatro maiores clubes de futebol, ela era discriminatória e era culturalmente a opção da defesa dos mais fortes. Isto porque, os únicos quatro estádios de clubes que eram apoiados eram os dos quatro maiores clubes de futebol, e esta era uma opção estratégica que o PEV não subscrevia. -----

----- Além disso, convinha referir, também, que a opção da não construção de um estádio municipal e a opção pela construção de estádios de clubes, não resultava de uma opção do anterior Executivo mas sim da opção de alguns dos próprios clubes que optaram por ter casa própria, pelo que importava que as responsabilidades fossem de quem tomara essas opções. -----

----- Ou seja, o Executivo anterior propusera e tentara dinamizar e implementar a criação de um estádio municipal, e essa era a verdadeira solução. Até porque, os estádios dos clubes, ainda por cima com o desaparecimento de algumas das valências desportivas que existiam na cidade, era uma opção que iria representar um sub-aproveitamento de um equipamento de grande investimento e de algumas consequências. -----

----- Ainda em relação ao Euro 2004, disse que não podia deixar de referir a associação entre o equipamento desportivo e a urbanização, que era uma questão grave já que não resultava de um projecto de renovação ou reabilitação urbana, mas resultava, apenas e tão só, de um projecto de financiamento dos clubes desportivos. Isto é, não se optara pela questão da edificabilidade e do urbanismo enquanto elemento de reabilitação urbana, mas apenas de financiamento dos clubes, e este era um princípio por si repudiado. -----

----- Por outro lado, ainda quanto o Euro 2004, conforme já ali havia sido referido o PEV não estava disponível para a transferência de competências que não eram da Assembleia. -----

----- Relativamente à Quinta da Bela Flor, disse que da intervenção do Sr. Presidente da Câmara ficara a dúvida – que ele também tinha – de que a opção era uma opção estética. Ou seja, era marcada pela questão estética e não pela questão de violação do PDM, sabendo até das excepções que a própria regulamentação da Lei que instituía o PER criara em relação aos limites do PDM. Portanto, em relação a essa matéria, subscrevia algumas das questões apresentadas pelo Deputado Municipal Silva Dias quanto a essa preocupação da estética ser a questão central da suspensão das obras da Quinta da Bela Flor, e dizia isto com a autoridade de quem discutira toda a questão que estivera em volta do elevador de São Jorge sem nunca referir a questão estética. --

----- Perguntou, a terminar, qual o prazo para a decisão final desta questão e quais as consequências, no tempo, para o realojamento agora suspenso. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que quanto à questão do desporto e do estádio do Benfica já manifestara, há pouco, qual era a opinião do BE, que, aliás, não era coincidente com a acabada de manifestar pelo Deputado Municipal Manso Pinheiro. A opinião do BE resultava do contacto directo com alguns dirigentes do Sporting e do Benfica, pois ele próprio estava a dar uma conferência de imprensa à porta do estádio do Sporting quando fora recebido na Direcção desse clube uma célebre resposta do Dr. João Soares a uma proposta do Presidente do Sporting, em conjunto com o Presidente do Benfica, sobre se dariam o seu acordo ou não a um protocolo que era fundamental para o Presidente do Benfica levar à Assembleia Geral do Benfica para conseguir que os interesses económicos que havia na Direcção do Benfica se calassem, referindo que a Câmara aceitava, protocolarmente, fazer um acordo para um estádio municipal, e a resposta foi: “não posso fazer acordos sobre rascunhos que me foram entregues pelos presidentes dos dois clubes”. -----

----- Portanto, podiam discutir isso quando e durante o tempo que quisessem, mas continuavam a dizer que não estavam de acordo porque a principal responsabilidade da não construção de um estádio municipal era da falta de vontade política, clara e precisa, da anterior Câmara. -----

----- Disse, depois, que o problema não era só este. Havia um problema geral do desporto profissional, que levava milhões de contos que desapareciam nos esgotos constantemente sem que ninguém soubesse onde iam parar, e, a propósito, desejava lembrar ao Deputado Municipal António Preto, que de vez em quando faltava às reuniões e portanto não saberia, que as forças políticas que compunham o BE na Assembleia Municipal tinham lutado com todas as forças possíveis e imaginárias, e intervieram todo o tempo disponível que tinham para se oporem a uma coisa inimaginável que era a criação de uma empresa para gerir desporto. Estiveram contra, estavam contra e continuariam contra, queriam discutir de novo esse problema. Se a actual Câmara quisesse continuar que continuasse assumindo essa responsabilidade, mas o BE não estava de acordo, mantinha a mesma posição que antes tinha. -----

----- Seguidamente, formulou as seguintes perguntas: -----

----- 1 – Sobre o empreendimento do Braço de Prata, desejava saber se a Câmara iria tomar posição, nomeadamente analisar ou não algumas questões que foram aprovadas na Assembleia Municipal, onde votaram contra. -----

----- 2 – Tinham dado todo o apoio e solidariedade à Comissão de Moradores do Alto da Ajuda, visto que a construção em causa violava o PDM, e sabendo que tinha sido parada a obra desejava saber se havia uma solução, pois desejavam, em conjunto, discutir essa solução. -----

----- 3 – Sobre o edifício da Quinta da Bela Flor, disse que o BE estaria de acordo com isso se houvesse resposta concreta para o seguinte problema: “existe realojamento imediato para as pessoas que iam para esse prédio?”. É que se existisse estariam de

acordo, caso não existisse não poderiam estar de acordo porque as expectativas das pessoas que estavam para ser realojadas teriam que ser cumpridas. -----

----- 4 – Não entendiam que relativamente a um edifício para habitação social fosse possível embargar ou tomar outras medidas, e quando era para um negócio, como era o caso do Hotel Ópera, tal já não era possível. O BE gostaria de saber se o critério era de que quando havia negócio não era possível intervir e se quando não havia negócio já era possível intervir. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que há pouco, quando o Sr. Presidente da Câmara falara, tivera a sensação de estar num filme de Fellini visto que estava tudo posto ao contrário, já que a Assembleia era quem apresentava propostas e a Câmara fiscalizava. Mas, tanto quanto sabia não era assim: a Câmara teria que propor, concretamente, aquilo que pretendia fazer em relação ao estádio do Benfica e a Assembleia Municipal autorizaria, ou não, a Câmara a fazer isso. -----

----- Lamentou, depois, que o Sr. Presidente da Câmara estivesse já em funções há mais de um mês e nem sequer tivesse ainda falado com as Juntas de Freguesia, porque estas tinham muitos problemas concretos para resolver e não tinham ainda qualquer resposta da Câmara. E, de facto, as Juntas eram quem melhor conhecia os problemas porque sendo quem estava mais próximo da população era à porta das Juntas que as pessoas batiam todos os dias para procurar resolver os seus problemas. -----

----- Disse, depois, que intervieram vários munícipes no período de intervenção do público, inclusive da sua Freguesia, e realmente estava à espera que o Sr. Presidente da Câmara tivesse dado respostas aos problemas que colocaram. -----

----- Por exemplo, intervieram ali munícipes relativamente ao pátio 149, da Rua da Fábrica da Pólvora, era um problema que, por aquilo que sabiam, estava em fase de realojamento, mas mudara a Câmara e agora não sabiam como estava o problema. -----

----- Continuando, disse que toda a requalificação da zona antiga de Alcântara, Rua Feliciano de Sousa, Rua da Cruz e Rua do Alvito, estava prometida, e uma vez que tinha acabado o grande investimento com a erradicação das barracas, estava prometida a requalificação de zonas antigas, das quais a que acabava de referir seria uma delas. Mas também quanto a isso não sabia de nada e desejava que o Sr. Presidente da Câmara lhe respondesse. -----

----- Por outro lado, desejava também saber se os Moradores da Vila Teixeira, na Calçada da Tapada, 144, iriam continuar em perigo ou não, já que tinha sido feito um levantamento, daqueles que eram feitos à pressa em cima do joelho, que apontava 57 fogos e afinal só eram 30, e desses pelo menos em oito ou nove tomara ele próprio lá viver. Aliás, também nada tinha sido dito em relação a compromissos assumidos na Assembleia Municipal pela Câmara anterior, mas esses compromissos teriam que ser honrados, porquanto tinha sido o Vereador Fontão de Carvalho que ali assumira, publicamente, que devido ao acabamento de um lote no Vale Flor os moradores da Quinta da Bruxa seriam realojados condignamente. -----

----- Também relativamente à Calçada de Santo Amaro, 73, um bairro conhecido por Bairro dos Retornados, nada ouvira dizer e era realmente uma situação preocupante. --

----- Por fim, disse que sabia que, há alguns dias, tinha ido a sessão de Câmara uma proposta sobre a zona da Tapadinha e do Alvito, mas esperava que a Câmara ouvisse a Junta de Freguesia antes de tomar qualquer decisão sobre a matéria. Aliás, era Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara desde 1982 e desde então, sem que ninguém o ouvisse, vinha clamando que quando estivessem em causa grandes soluções urbanísticas, as Freguesias deveriam ter assento na sessão de Câmara onde fossem debatidas, com direito a poderem intervir e na posse da mesma documentação que era distribuída aos Vereadores, embora sem direito de voto. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Duarte (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo, no uso da palavra, disse que todos sabiam da importância que as Festas de Lisboa tinham na cidade. Eram eventos, em especial as Marchas Populares, que exigiam das entidades que as organizavam grande investimento financeiro e também um investimento em termos de tempo, visto que a sua execução não demorava nunca menos de seis meses. -----

----- Por isso, era seu entendimento que estava na altura de ser dado um sinal por parte do Executivo da Câmara Municipal, para que as Juntas pudessem informar quem organizava as Marchas Populares de Lisboa se estavam ou não em condições de poderem avançar com esses encargos. -----

----- É que, nesta altura, havia já algumas instituições que estavam endividadas com base no pressuposto que elas se iriam realizar, mas isso, para já, não passava de uma pressuposição visto que tinha sido solicitada uma reunião em que esperavam que minimamente ficariam com a noção do sim, ou do não como era lógico, mas isso não resultara em nada. -----

----- Nesse sentido, entendia que o mais rapidamente possível teria que ser dada uma resposta, porque, a não ser assim, era muito provável que não fosse possível realizar as Festas, e perder-se um evento desta grandeza na área da cultura popular seria muito mau para Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que, quando foram informados, contemporizaram com a ausência de informação escrita à Assembleia, a qual, como o Sr. Presidente da Câmara sabia, estava na Lei e no Regimento da Assembleia Municipal, mas o facto de não escrever não dava ao Sr. Presidente da Câmara o direito de extravasar e criar um clima pouco propício à reflexão serena da Assembleia. -----

----- É que, de facto, a primeira intervenção do Sr. Presidente da Câmara foi uma intervenção arrogante e sobranceira. -----

----- Por exemplo, quando o Sr. Presidente da Câmara referira que apresentava e punha nas mãos da Assembleia, dizia-lhe que ele não passava para a Assembleia, porque na questão do Benfica ou fosse naquilo que fosse, o Sr. Presidente da Câmara propunha à Câmara e depois a Assembleia Municipal deliberava. Seria bom que se entendessem sobre isso para que não houvesse, de facto, discursos que não tinham consistência. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara não tinha que partir do vazio e do nada, como tinha acontecido com a anterior maioria quando recebera a Câmara da

gestão Abecasis, pois herdara uma situação bem diferente que lhe dava possibilidade de avançar para novas descobertas – já que gostava dessa visão nacionalista, tinha vários cais para tocar e encostar a sua nau – e tinha infra-estruturas fundamentais que poderia descobrir em todas as áreas da vida da cidade. -----

----- Se vinha parar, se vinha desfazer aquilo que tinha sido feito, não o conseguiria porque a obra da coligação de esquerda não poderia ser apagada e iria ser confrontada com a actividade do Sr. Presidente da Câmara e do PSD, todos os dias, pelo povo de Lisboa. Depois ver-se-ia! -----

----- No caso concreto da Quinta da Bela Flor, matéria referida pelo seu camarada, Deputado Municipal Silva Dias, disse que o Sr. Presidente da Câmara poderia passar por lá porque tinha lá cartazes com mensagens para ele, onde se lia: “Não destrua o que faz falta”. Portanto, não valia a pena, com essa atitude, procurar apagar a obra que tinha sido realizada durante 12 anos pelas coligações de esquerda. -----

----- Rematou a sua intervenção dizendo: “Faça, construa, a Assembleia cá está para julgar, para votar. Mas avance, não destrua, não pare”. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que nos mandatos anteriores foi muitas vezes uma voz incómoda e continuaria a sê-lo porque estava na Assembleia Municipal por direito próprio, eleita pela população da Encarnação/Bairro Alto, que lhe conferira um mandato por maioria absoluta. -----

----- Mas, mesmo assim, também respeitava a minoria eleita, quer do PSD, quer do CDS-PP. E, enquanto Presidente de Junta, não se atrevia a dizer à sua Assembleia de Freguesia, só porque tinha a maioria absoluta, que fazia e dizia o que queria e a Assembleia não a controlava, porque a Assembleia de Freguesia tinha o direito de a controlar, assim como ela, na Assembleia Municipal, tinha o direito de poder controlar o Executivo Municipal, porque estava ali por direito próprio. -----

----- Disse que não era sua intenção falar deste assunto, mas o Sr. Presidente da Câmara dera-lhe oportunidade para dizer isto, que continuaria na Assembleia Municipal a ser essa voz incómoda em prol da população do Bairro Alto. -----

----- Referiu, depois, que desejava dizer ao Sr. Presidente da Câmara, como a sua camarada Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina há pouco lembrara, que eram Freguesias pequenas situadas na zona histórica de Lisboa, e um euro era importante para elas porque a população dependia, em muito, dos projectos que as Juntas elaboravam, propunham e executavam. -----

----- Por isso, estava preocupada por não ter ainda recebido orientação sobre as verbas que iriam ser transferidas, por duodécimos, porque tinha funcionários e compromissos que teria que cumprir. Essa era a sua maior preocupação de momento, porquanto à preocupação em relação à segurança, ao ruído que não deixava dormir os moradores, à abertura de novos bares, ao condicionamento do trânsito e à reabilitação urbana, continuaria ali a chamar a atenção da Câmara e dos seus colegas da Assembleia para apoiarem, como muitas vezes o fizeram por unanimidade, para que se pudesse circular e viver melhor no Bairro Alto, no fundo, para que a população da área tivesse melhor qualidade de vida. -----

----- Disse, depois, que não gostava de falar em relação aos grandes grupos de futebol, mas desejava ali dizer que votara, na Assembleia Municipal, contra a venda de uns terrenos, no tempo do anterior Presidente do Benfica, quando o terreno lhe tinha sido cedido para áreas desportivas. Se o Sport Lisboa e Benfica, que respeitava porque também pertencia a um grande clube do País, quisesse fazer para além daquilo que era permitido por lei, poderiam ter a certeza que ela iria ali, com a consciência tranquila, votar conta, visto que nada tinha sido assumido a não ser aquilo que tinha sido aprovado e votado na Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que queria pedir desculpa se no entusiasmo da oratória tinha ofendido o Sr. Presidente da Câmara. Confessou que não esperava a reacção que o Sr. Presidente da Câmara tivera, mais uma vez pedia desculpa se o tinha ofendido e pedia, também, que não houvesse nenhuma amargura entre as suas relações por causa desse incidente. -----

----- Mas, de facto, não esperava essa reacção, e porque ela tivera alguns aspectos de ataque pessoal, como quem não se sente não é filho de boa gente teria que responder, até se necessário, invocando a defesa da honra. -----

----- Referiu, então, que o Sr. Presidente da Câmara pusera em dúvida o papel que a estética podia desempenhar no seu pensamento e no seu comportamento, mas, traíndo uma imodéstia natural, dizia que tinha sido aluno das Belas Artes tendo sido classificação com uma boa classificação, durante 35 anos tinha sido professor da Faculdade de Arquitectura, era doutorado em planeamento, enfim, galões que lhe custava invocar mas que eram galões. -----

----- Depois, sobre a pergunta de que classe social vinha, disse que nascera na Mouraria, de uma família modesta, e era por isso que dizia que se chamava Silva Dias e não Sousa Dias como o Sr. Presidente da Câmara, por lapso, lhe chamara. Mas o nome da família era um património que tinham que defender. -----

----- Seguidamente, disse que nunca acusara o Sr. Presidente da Câmara de ser segracionista, mas apenas quisera pôr à sua disposição uma experiência de 25 anos ao serviço da Assembleia Municipal, na oposição e do lado da maioria, para chamar a atenção de que, infelizmente, na Cidade de Lisboa surgiam casos de xenofobia, e que esses casos eram desencadeados sobretudo nas operações de realojamento ou quando algumas populações se sentiam feridas nos seus privilégios. -----

----- Tinha sido assim no prolongamento da ligação a Chelas na Rua Prof. Mira Fernandes, no prolongamento da Av. dos Estados Unidos da América, no prolongamento da Av. D. Rodrigo da Cunha, e em Chelas, na Bela Vista, tinha havido casos de reacção de realojados contra realojados. Era o caso dos ciganos da Rua das Açucenas e, portanto, alertara a Câmara para o facto da sua atitude poder ser interpretada como desencadeando esse xenofobismo. -----

----- Disse, depois, que o caso da Rua das Açucenas já tinha vindo à Assembleia e já tinha sido objecto de um estudo aprofundadíssimo pelo qual se verificara que, efectivamente, não feria o PDM, era caso encerrado: E, como já ali tinha sido dito, era triste que se parassem operações de realojamento que tinham caracterizado a acção da Câmara nos últimos tempos e os faziam ter orgulho na cidade em que viviam. -----

----- Referiu que tinha feito três perguntas na sua intervenção inicial, que certamente não teria conseguido exprimir bem, e, por isso, o Sr. Presidente da Câmara não lhe tinha respondido, mas voltava a fazê-las pedindo para as mesmas uma resposta concreta. -----

----- 1 – Em que sentido evolui o despacho 42-P/2002? -----

----- 2 – Que medidas tomaria a Câmara relativamente a eventuais rejeições da população realojada? -----

----- 3 – Quais as medidas que iria tomar a Câmara em relação à qualidade estética da cidade? -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que ouvira atentamente a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, a quem pedia que lhe permitisse, com algum sentido de humor, que seguramente não tinha sido por qualquer atitude arrogante que os teria ameaçado com eleições antecipadas, pois pensava que nem o Sr. Presidente da Câmara tinha isso na cabeça e, portanto, teria dito isso por dizer. -----

----- Mas gestos de malabarismo político ali não valiam. Quem era o executivo era o Dr. Pedro Santana Lopes, e muito bem porque ganhara as eleições para isso, e quem era o órgão fiscalizador era a Assembleia Municipal que para tal tinha toda a legitimidade. Porque quando o Sr. Presidente da Câmara dizia para proporem a solução para ficarem a saber como era que isso ia ser, era evidente que estava ali a fazer um gesto de malabarismo político e talvez até a querer – pediu desculpa pela expressão – safar-se de alguma complicação que poderia ter. -----

----- É que, de facto, foi o Sr. Presidente da Câmara que ganhara as eleições, foi ele que assumira compromissos, porque ele próprio, por acaso, tinha-o visto no Estádio da Luz a dizer que era um escândalo se o Benfica ficasse fora do Euro 2004 e que se fosse eleito Presidente estaria disposto a alterar o PDM. Portanto, eram as promessas do Dr. Pedro Santana Lopes que contavam e não as promessas do candidato derrotado, se era que as houve, e ele já tinha esclarecido isso. Aliás, o PS até já tinha dito que estava disponível para colaborar com o Presidente da Câmara, mas ele teria que apresentar as suas propostas, era disso que estavam à espera para este problema que, pelos vistos, estava complicado. -----

----- Disse, ainda, que percebia que o Dr. Santana Lopes tivesse querido “fritar” o Dr. João Soares dizendo: “mas ele fez promessas que ninguém sabe e quais são” porque, ao fim e ao cabo, tinha sido com o interesse de tentar ajudar o Dr. Durão Barroso na campanha eleitoral que se avizinhava agora. Era evidente, ninguém tinha dúvidas disso! E o Dr. Santana Lopes estava a cair em si porque estava a acusar o Dr. João Soares de ter feito acordos secretos, mas também não sabiam – e essa era a pergunta que lhe faziam – se ele teria ou não algum acordo com a Direcção do Benfica. -----

----- Esta era uma questão essencial, porque o PS não percebia como era que o Sr. Presidente da Câmara dizia que já não queria alterar o PDM, pelo menos tinha subentendido daquilo que teria dito ontem na televisão porque não vira o programa. É que se em campanha eleitoral tinha dito que ia propor a alteração do PDM e agora

dizia que não, cabia efectivamente perguntar que acordo teria feito com a Direcção do Benfica. -----

----- Portanto, quem tinha o acordo secreto? Era o Dr. João Soares ou era o Dr. Santana Lopes? De qualquer modo o Dr. Santana Lopes é que ganhara, era ele que tinha a responsabilidade de apresentar ali uma proposta, porque promessas do Dr. João Soares, se é que as houve, já lá iam, e o Dr. Santana Lopes, como Presidente da Câmara é que teria que apresentar na Assembleia Municipal uma proposta. -----

----- Continuando, disse que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito, e muito bem, que queria fazer aquilo que prometera durante a campanha eleitoral, e realmente esperava que ele fizesse isso porque, nesta matéria, teria que esclarecer a Assembleia Municipal, que não se demitia do seu papel fiscalizador, e, evidentemente, o Sr. Presidente da Câmara teria que dizer concretamente o que propunha para resolver esse problema do Estádio da Luz. Se tinha acordo secreto, se não tinha acordo secreto, se iria apresentar alteração ao PDM ou não, até porque, nessa matéria, já o puseram à vontade quando referiram naquilo em que o grupo de representantes do PS estava disposto a colaborar. -----

----- Portanto, referiu a terminar, o Sr. Presidente da Câmara que dissesse o que tinha a dizer sobre a matéria e quais eram as suas propostas, porque a responsabilidade era sua já que ganhara as eleições e não valia a pena estar ali a levantar o fantasma do Dr. João Soares nessa questão. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse sendo esta a primeira vez que intervinha neste mandato começava por dirigir uma saudação especial à nova Mesa, aos novos Vereadores e ao Sr. Presidente da Câmara, e também, de forma muito especial, aos novos Presidentes de Junta que assumiram funções nas respectivas Freguesias, fazendo votos para que daqui a quatro anos todos estivessem satisfeitos com o trabalho desenvolvido e as populações também. -----

----- Depois, referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, disse que, sinceramente, esperava outro tipo de intervenção. Uma intervenção com alguma humildade, com alguma disponibilidade para ouvir e tudo o mais, porquanto, de facto, por aquilo que tinha ouvido parecia-lhe tratar-se de um Presidente de Câmara que estava virado para a lua e que não queria ouvir a opinião dos outros, o que, obviamente, era um mau princípio numa primeira reunião. -----

----- Por isso, se tal lhe era permitido, dava um conselho: é que ninguém isoladamente sabia demais e, se calhar, todos estariam disponíveis para aprender muito. Isso não ficaria mal, quer ao Sr. Presidente da Câmara, quer a qualquer dos Deputados Municipais, quer a qualquer Vereador. Estarem sempre disponíveis para aprender era uma virtude, e essa o Sr. Presidente da Câmara teria que a ter nos quatro anos de mandato que se seguiam. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente se tinha queixado da herança recebida da gestão anterior, e, quanto a isso, quase se atreveria a dizer que era preciso ter lata, porquanto, era certo que não sabia, se soubesse o que tinha herdado a coligação de esquerda há 12 anos atrás certamente não falaria assim. É que, de facto, herdaram

20.000 barracas; a falta de saneamento que fazia com que quando chovia, por pouco que fosse, a cidade ficasse toda entupida; a falta de infra-estruturas viárias; a falta de uma política descentralizadora para as Freguesias, em que apenas havia algumas questões pontuais com alguns Vereadores pois não havia um único protocolo com nenhuma Freguesia da cidade, e ainda outras coisas mais. -----

----- Por conseguinte, era seu entendimento que o Sr. Presidente da Câmara não deveria fazer esse tipo de intervenção. Se calhar tinha sido mal assessorado, mal informado, e daí ter feito uma intervenção desajustada da realidade. -----

----- Efectivamente o Sr. Presidente da Câmara herdara uma cidade mais ou menos arrumada em termos dos grandes investimentos, nomeadamente na área da habitação já que os grandes bairros sociais foram resolvidos, o saneamento ninguém o via mas estava feito e as infra-estruturas viárias estavam mais ou menos apontadas. Isso, na verdade, foi aquilo que o Sr. Presidente da Câmara herdara ao contrário daquilo que a coligação de esquerda herdara em 1990, pois nada tinha sido feito. -----

----- Por outro lado, herdara também uma cidade que estava habituada a ter uma política descentralizada, em que só as Freguesias que não queriam ter protocolos com a Câmara os não tinham. -----

----- Portanto, no seu entender, o Sr. Presidente da Câmara herdara uma cidade muito melhor, muito mais humana e muito mais atractiva que aquela que a coligação de esquerda herdara há 12 anos atrás. E falava disto com todo o à-vontade porquanto no dia 21 de Abril próximo completava 21 anos de exercício como Presidente de Junta de Freguesia. -----

----- Disse, ainda, que o que desejavam era lisura de processos; cumprimento das promessas; gestão participada em parcerias com todos os parceiros que intervinham nos bairros e na cidade de uma maneira geral; e resposta adequada aos problemas colocados pelas populações. Isto era aquilo que esperavam da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por fim, disse que desejavam uma postura séria de parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Freguesias, porque lhes parecia que o que aí vinha não augurava nada de bom. É que, de facto, relativamente à sua Freguesia ainda não lhe tinha sido solicitada nenhuma reunião por nenhum Vereador mas já lhe tinham sido solicitadas reuniões por assessores. Ora, as Juntas de Freguesia eram órgãos autárquicos como a Câmara e por conseguinte pretendiam relacionar-se enquanto tal. Não era que não tivessem respeito e consideração pelos assessores, mas entendiam que em termos institucionais a primeira reunião teria que ser com o Sr. Presidente da Câmara para ele dizer qual era o Vereador que respondia por esta ou aquela tarefa para posteriormente se reunirem com esse Vereador que lhes diria qual era a equipa que se iria relacionar com as Juntas para tratar deste ou daquele caso. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Santos (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, no uso da palavra, começou por questionar como era possível que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, só porque arranajara uma equipa de arquitectos cuja visão não era idêntica à anterior, fosse deitar abaixo, primeiro dizia-se que seria um edifício, mas agora falava-se que seriam só os dois últimos andares. -----

----- Quem pagava esse prejuízo, de cerca de 500.000 contos, por deitar abaixo esses dois andares, perguntou. Naturalmente isso iria aumentar a despesa pública! -----

----- Disse, depois, que no mandato anterior tinha ficado decidido que a população das zonas degradadas da Bela Flor – e mencionava também a Calçada do Baltazar, zona bastante degradada da Bela Flor que lhe parecia estar a ser menosprezada – do Bairro do Tarujo e do Bairro da Liberdade, nomeadamente a Vila Amendoeira, a Vila Ferro e a Rua da Capela Velha, ficariam a viver na Freguesia de Campolide, com excepção daqueles que quisessem sair de lá. E, como Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, dava efectivamente testemunho que isso tinha sido prometido à população. -----

----- Aliás, os compromissos do Senhor Vereador Vasco Franco e da Senhora Vereadora Margarida Magalhães, responsabilizaram a Junta de Freguesia junto da população nesse sentido, a qual realizara reuniões com a população tendo-lhes prometido que ficariam a viver em Campolide. Talvez os arquitectos que influenciaram essas obras tivessem sido o Arqtº Tomás Taveira, porque tinha feito ali as Amoreiras, ou o Arqtº Ribeiro Teles, que estava ali a fazer o Corredor Verde, já para não falar do Arqtº Siza Vieira, que muito respeitava, porque se assim não fosse o Sr. Presidente da Câmara Municipal não se teria metido nesse assunto. -----

----- Naturalmente o Sr. Presidente da Câmara estaria mais interessado no “bota-abaixo” em vez de resolver os problemas daquela população que nunca soubera o que era viver numa casa condigna. -----

----- Prosseguindo, disse que nunca o Presidente anterior da Câmara tinha ido inaugurar casas à sua Freguesia sem o convidar, porque a Junta fazia parte integrante da Freguesia. Isto porque, parecia que já lá tinham ido, com pompa e circunstância, mas esqueceram-se de convidar o Presidente da Junta de Freguesia de Campolide. Agora davam-se casas dessa maneira! -----

----- Perguntou, depois, o que pensava o Sr. Presidente da Câmara dos equipamentos sociais, já que eles estavam realmente programados, conforme lhe tinha dito, em tempos, o Sr. Vereador Vasco Franco. -----

----- Disse, ainda, que até à data a sua Junta ainda não tinha recebido dinheiro nenhum das Finanças Locais, pelo que as coisas estavam a ficar negras. A única coisa que receberam foi, da DGAL, a primeira tranche. -----

----- Referindo-se a uma intervenção feita por um freguês seu, no período de intervenção do público, sobre a escola 96, disse que essa escola, conhecida por Escola dos Ferroviários, tinha falta de saneamento básico, não tinha recreios, o prédio não tinha sido feito para escola do ensino básico, mas havia realmente a promessa de se modificar toda aquela zona. -----

----- A terminar, disse que já tinha tido uma reunião com o Sr. Vereador Henrique Freitas e brevemente teria outra, mas parecia que os demais Vereadores não estavam a seguir o mesmo caminho. Não estavam a ligar importância aos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)**, no uso da palavra, disse que ao ouvirem o Deputado Municipal José Godinho ficavam com a ideia que todos os

problemas tinham surgido de há um mês para cá. Era assim no Alvito, era assim na Vila Teixeira, parecia mesmo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara tinha descoberto agora que havia problemas. Já viram ali que um mês de actividade do Executivo tinha sido transformado num trimestre pela Deputada Municipal Irene Lopes, e também um mês transformado num ano pelo Deputado Municipal Miguel Coelho. -----

----- Disse, depois, que na família do PSD não tinham os ajustes de contas que ali estavam a ver. O Dr. João Soares, hoje, parecia que ninguém o queria! Via os Deputados Municipais Dias Baptista e Miguel Coelho perturbados, sabia que eles hoje conviviam mal com a figura do Dr. João Soares, mas também o Ferro já se dava mal com o Guterres, parecia mesmo que já não eram do mesmo Governo. -----

----- Mas a questão que desejava colocar, para além dos registos que acabava de fazer, dizia respeito à situação que tinha sido encontrada na Câmara Municipal de Lisboa, porque se argumentava com tantas coisas bem feitas e os eleitores, pelos vistos, não sentiram que fosse realmente assim tivesse sido. -----

----- Por isso, deixava o registo desse desaguado da família socialista. -----

----- **O Senhor Presidente**, que havia chamado a atenção do orador dizendo-lhe que estavam no período de perguntas à Câmara, disse que não tinha tido com ele nenhum procedimento diferente daquele que sempre tivera, ao longo de 12 anos, neste período da Ordem de Trabalhos. Sempre tinha entendido cumprir o Regimento, este período destinava-se a perguntas à Câmara Municipal e o Deputado Municipal António Preto, que tinha estado 12 anos na oposição não teria sentido isso, mas ele referira muitas vezes aos Deputados Municipais do PCP e do PS, quando utilizavam este período como o Deputado Municipal António Preto utilizara, que isso corresponderia a um desfiguramento da função desta figura regimental. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra da sua bancada, disse que não fazia tensão absolutamente nenhuma de ir ali defender a honra da bancada do PS, tanto mais que o Deputado Municipal António Preto era useiro e vezeiro, lamentavelmente, neste tipo de intervenções. De facto, nas poucas vezes que vinha à Assembleia Municipal ele usava e abusava desse tipo de intervenções. -----

----- Mas aproveitava para lhe dizer que, neste mandato que começava, esperava que fosse um Deputado Municipal mais assíduo, não só aos Plenários mas também às reuniões das Comissões, pois, no mandato anterior, tinha sido Presidente de uma Comissão da Assembleia Municipal que não tinha funcionado devido à sua ausência. --

----- Portanto, lamentando muito este tipo de situação, repetia, porque já ali havia sido dito, que o espírito da bancada do Partido Socialista era apenas e tão só um espírito construtivo. Não estavam ali para fazer qualquer tipo de barragem nem pretendiam fazer ali qualquer obstrução à actividade da Câmara Municipal, que isso ficasse registado. -----

----- Portanto, o Deputado Municipal António Preto escusava de ir para ali com questões do Dr. João Soares ou do Dr. Ferro Rodrigues, numa situação completamente despropositada. Toda a gente tinha percebido que isso tinha sido

metido a martelo porque o Deputado Municipal António Preto não tinha elegância e capacidade para fazer mais e melhor, o que lamentavam. -----

----- Disse, ainda, que no que respeitava ao Dr. João Soares o Deputado Municipal Miguel Coelho já tinha feito ali, e muitíssimo bem, o merecido elogio daquilo que tinha sido a actividade do então Presidente da Câmara, no qual se reviam e bateram-se por ele na campanha eleitoral, mas esse tempo tinha acabado, o tempo agora era outro, agora era o de fazer outra cidade, com o PSD que tinha a presidência da Câmara, mas também com o PS, com o PCP, com o PEV, com o PPM, no fundo com todos e não apenas com o PSD, porque nisso o Deputado Municipal António Preto estaria redondamente enganado. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que tinha ainda um outro pedido para defesa da honra pessoal, concretamente do Deputado Municipal José Godinho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, mas aí tomava ele próprio a decisão de não lhe dar a palavra porquanto toda a gente que frequentava a Assembleia Municipal conhecia o seu trabalho e a forma como sempre, e em quaisquer circunstâncias, interviera naquilo que dizia respeito aos assuntos da sua Freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)**, no uso da palavra para dar explicações, depois de referir que já estava habituado aos mimos do lado da bancada do PS que fazia companhia ao Deputado Municipal Dias Baptista, disse que este queria negar ao conhecimento da Assembleia o papel importante que tivera a Comissão Permanente de Habitação, e relativamente às presenças no Plenário, que foram muitas, certamente estaria presente o livro de presenças onde se poderia ver, mas talvez não valesse a pena agora. -----

----- Mas não poderiam deixar de reconhecer que sempre que havia intervenções da sua parte as fazia com toda a elegância e carinho, carinho esse que, de resto, ia ao ponto de ver uma família num processo que do ponto de vista sentimental lhe custava. Porque, de facto, custava-lhe ver a relação que tinham com o Dr. João Soares, que hoje, ali parecia mesmo que não tinha sido Presidente da Câmara durante seis anos, que queriam afastá-lo das memórias. -----

----- E realmente tinha usado da palavra, cheio de bons sentimentos, para recordar ao PS que não era bonito falar mal da sua própria família. -----

----- Pediu ao Deputado Municipal Dias Baptista que não lhe fizesse recordar a existência de uma famosa Comissão, criada para fazer umas averiguações acerca de umas casas que foram atribuídas, e que o Deputado Municipal Dias Baptista, como Presidente da Comissão, protelara isso até bem perto das eleições e se não tivessem acontecido determinadas circunstâncias não teria havido relatório, não teria havido reuniões, não haveria coisa nenhuma. -----

----- Portanto, até mesmo por isso, o Deputado Municipal Dias Baptista não estava em condições morais para ir ali referir faltas ou falhas. O primeiro a falhar tinha sido ele quando tivera 90 dias para concluir um relatório que deixara arrastar por mais de dois anos. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfca, no uso da palavra, disse que não tendo podido acabar, por falta

de tempo, a intervenção feita no período de Antes da Ordem do Dia, dava-a agora por reproduzida sublinhando a grande preocupação e a rotura financeira, por falta de cumprimento de um normativo de regras provisionais em vigor, que se referia precisamente ao princípio da continuidade para além dos mandatos. Ou seja, enquanto não houvesse orçamento manter-se-ia o regime de duodécimos e, no seu entender, isso não estava a ser cumprido. -----

----- Depois, disse que tinha tido conhecimento, através de órgãos de comunicação social, que o Sr. Presidente da Câmara fazia questão, e iria pôr em prática, ter reuniões semanais em todos os bairros municipais, pelo que, relativamente ao Bairro da Boavista, na sua Freguesia, desejava saber o dia da semana e a hora para poder prestar a colaboração que, eventualmente, o Sr. Presidente da Câmara entendesse necessária por parte da Junta, e, sobretudo, para não ser descortês e para continuar a pautar a sua vida por regras mínimas de boa educação, já que ele – Dr. Santana Lopes – era Presidente da Câmara, e ele – orador – era Presidente da autarquia local, Junta de Freguesia de Benfca. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Estorninho (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Alto do Pina, no uso da palavra, disse que só amanhã fazia um mês que a Câmara tinha tomado posse, e nesse mês, naturalmente, tinha estado a arrumar a casa pelo que admitia que ainda não tivesse tido tempo para resolver muitas daquelas coisas que já lhe estavam a exigir como se um mês fosse uma eternidade. -----

----- Disse que tinha sido eleito há quatro para Presidente da Junta de Freguesia do Alto do Pina, portanto já tinha estado no mandato anterior na Assembleia Municipal, e nesse mandato tinha intervenções gravadas e tinha havido correspondência no sentido da Câmara olhar para a Cooperativa Portugal Novo, nas Olaias, onde havia muitas famílias a viver em situação de miséria. Essa cooperativa, construíra após o 25 de Abril em terrenos da Câmara Municipal de Lisboa, mas a Câmara nunca assumira olhar para essas pessoas procurando dar-lhes habitação condigna. -----

----- Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se considerava essa situação normal e se mais quatro anos aquelas famílias iriam continuar ali sem assistência, já que o Executivo anterior não tinha sido capaz de resolver o problema. -----

----- **A Deputada Municipal Ermelinda Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, no uso da palavra, disse que queria manifestar a sua admiração pelo monólogo havido com a Câmara Municipal de Lisboa, porquanto estava habituada a que houvesse diálogo e agora parecia haver um monólogo. -----

----- Isto porque enviara no dia 18 de Janeiro um ofício para o Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, por fax, pedindo uma reunião já que tinha um assunto que lhe parecia urgente tratar, relacionado com o prédio camarário recentemente construído na Freguesia, que se destinava a transferir as crianças da creche do centro social, e até à data não obtivera quaisquer resposta. -----

----- Por outro lado, enviara posteriormente uma carta com a mesma finalidade à Vereadora responsável pelo Pelouro, da qual também não obtivera qualquer resposta, pelo que, agora mesmo, teria todo o prazer de entregar cópias das referidas cartas ao Sr. Presidente da Câmara e à Sra. Vereadora. -----

----- Rematou dizendo que, no futuro, esperava que se terminasse com o monólogo. ---

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, no uso da palavra, começou por referir que o Executivo de São Sebastião da Pedreira comungava das preocupações dos moradores do Bairro Azul e que 15 dias depois da tomada de posse, em reunião extraordinária, tinha aprovado uma proposta, a ser presente ao Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Trânsito, no seguinte sentido: -----

----- Extensão do horário de pagamento pela ocupação dos lugares de estacionamento todos os dias úteis, e sábados, até às 24 horas; -----

----- Fiscalização atenta ao estacionamento não pago a ser efectuada pelos funcionários da EMEL, e em especial pelos agentes da Divisão de Trânsito da PSP; ---

----- E quanto à PSP, além da anterior actuação, deveriam também autuar as viaturas em segunda fila, as estacionadas em cima dos passeios, nas entradas para as garagens, em cima das passagens de peões, e ter ainda atenção às viaturas ao cuidado das empresas de reparação auto e às viaturas pertencentes às empresas de *rent-a-car*; -----

----- Colocação de pilaretes nos lugares onde fossem imprescindíveis; -----

----- Quanto ao trânsito, o mesmo também deveria sofrer alterações pois tanto a Av. Ressano Garcia como a Rua Fialho de Almeida deveriam deixar de ser vias de passagem para serem somente para trânsito local. -----

----- E, quanto a esta questão do trânsito, a proposta apontava no sentido da proibição de virar à esquerda na Rua Marquês de Fronteira, em frente da confluência da Rua Fialho de Almeida; a proibição de entrar na Rua Marquês de Fronteira às viaturas vindas da Rua Fialho de Almeida; e manter a entrada pela Rua Marquês de Fronteira para as viaturas vindas da Av. Duque D'Ávila, Av. António Augusto de Aguiar e Praça de Espanha. -----

----- Sobre a primeira situação, propunha-se que as viaturas vindas de Campolide com destino ao Bairro Azul, deveriam transitar pela Av. Sidónio Pais, contornar o El Corte Inglés, descer a Rua Eng^o Canto Resende, voltarem à esquerda para a Av. António Augusto de Aguiar, voltarem novamente à esquerda na confluência com a Rua Ramalho Ortigão e entrar no Bairro Azul no cruzamento com a Av. Júlio Dantas, junto da Mesquita. -----

----- Quanto à segunda situação, as viaturas vindas pela Rua Fialho de Almeida, no seu término, deveriam voltar à esquerda saindo do bairro no cruzamento da Av. Ressano Garcia com a Av. António Augusto de Aguiar. -----

----- É que, com estas medidas, deixariam de passar pelo interior do Bairro Azul as viaturas com destino à Praça de Espanha, Sete Rios e à Av. Calouste Gulbenkian, diminuindo a pressão automóvel e melhorando a qualidade de vida dos seus moradores. -----

----- Referindo-se a uma intervenção feita no período de intervenção do público, disse que relativamente a uma sugestão antiga, feita pelo Sr. Arqt^o Barata Duarte, para a implantação de árvores na Rua Fialho de Almeida, a mesma era impossível devido ao facto da largura do passeio ser reduzida – menos de 3 metros – o que dificilmente comportaria árvores de médio ou grande porte. Elas poder-se-iam plantar entre os

estacionamentos, à semelhança da Av. João Crisóstomo, mas isso implicaria a plantação fora dos passeios diminuindo-se, assim, o número de lugares para as viaturas. -----

----- Pedia desde já desculpa por a Junta de Freguesia não ter transmitido ao referido freguês os esclarecimentos prestados pelos serviços camarários competentes nessa área, pois a Junta tinha-a recebido aquando da transição para o anterior Executivo, em 1997. -----

----- A terminar, disse que a todos os residentes na Freguesia, em especial aos que os questionam, tanto por carta como por correio electrónico ou presencialmente, estava-lhes grato por os alertarem, mesmo nos assuntos em que estavam a trabalhar. -----

----- **O Deputado Municipal José Possidónio (PCP)**, no uso da palavra, aludindo à questão da Quinta da Bela Flor e da Quinta do Ferro, junto ao Viaduto Duarte Pacheco, disse que considerava que era triste que por razões de combate político, puro e duro, se quisessem destruir fogos para realojamento, sacrificando centenas de milhares de euros e impedindo famílias de ter habitação condigna. -----

----- O que estava em causa, quanto a si, era a tentativa de ofuscar o facto incontornável que tinha sido a construção de dezenas de milhar de fogos de realojamento pela anterior gestão da Câmara. -----

----- Disse, ainda, que ficava bem ao Sr. Presidente da Câmara a vontade de respeitar o PDM, e desde já desejava que essa vontade se mantivesse até ao final do mandato. --

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra, disse que, por falta de tempo, apenas pretendia dizer duas coisas sobre a Rua das Açucenas. -----

----- Em primeiro lugar, que a Junta de Freguesia da Ajuda desde a primeira hora estivera em contacto com a Câmara Municipal de Lisboa, através do Sr. Vereador Vasco Franco, e com os moradores contestatários aquela urbanização. -----

----- Esses moradores começaram por contestar a urbanização argumentando que tinham algum medo porque constava que iam para lá pessoas de outras cidades, pessoas do Bairro dos Húngaros e outros, e então ele próprio tivera o cuidado de lhes dizer que a construção na Freguesia da Ajuda era para realojar pessoas da Freguesia. Aliás, um dos lotes que estava para ser construído, e que os moradores também contestaram e tinham razão, a Junta esteve ao lado deles, e esse não foi construído. ----

----- Concluiu dizendo que a Junta de Freguesia esperava bom senso por parte da Câmara nesta matéria, no sentido de construir aqueles lotes, já que estava em causa o realojamento das pessoas e a construção de equipamentos sociais, como a esquadra e outros que bastante falta faziam à Freguesia. -----

----- Terminado o período de perguntas, o **Senhor Presidente** deu a palavra à Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, agradeceu as questões postas e disse que procuraria responder às mesmas de forma tão exaustivamente quanto possível. -----

----- Começou então por dizer que era interessante ouvir e tentar analisar a razão porque se faziam tantas confusões de calendário, já que, na verdade, só amanhã fazia

um mês que a Câmara tinha tomado posse. Mas, de facto, fazia tenções de reunir brevemente com as Juntas de Freguesia. Na próxima semana era a semana de carnaval, uma semana sempre complicada, mas logo a seguir a este primeiro mês de tentativa de levantamento da situação faria uma reunião com as Juntas de Freguesia, com quem, como era evidente, a Câmara, à luz dos princípios da descentralização e também do protocolo aprovado recentemente em reunião de Câmara, por unanimidade, e também respeitando aquilo que já vinha sendo praticado, procurariam trabalhar com a maior colaboração possível. -----

----- Por exemplo, ouvira ali a Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação e tinha a certeza que ela iria responder a muitas solicitações que lhe fariam brevemente, para acompanhar no muito trabalho que a Câmara queria fazer na sua Freguesia, como noutras. -----

----- Mas tinha ali ouvido pôr questões sobre as mais variadas matérias como se, de facto, em vez de um mês de actividade a Câmara tivesse uma década, porque nem numa década muitas delas foram resolvidas. Portanto, considerava algumas dessas questões quase que, aí sim, dum filme de Felini, e só tinha pena que isto não fosse transmitido para que as pessoas lá fora pudessem ouvir algumas das questões que haviam sido colocadas, porque com certeza não saberiam bem que tipo de assuntos estariam a tratar ou que tipo de reunião seria. -----

----- Disse, depois, que o movimento associativo, que em Lisboa trabalhava muito em prol das populações, teria todo o apoio do Executivo, conjuntamente com as outras forças políticas, no âmbito do que vier a ser aprovado, nomeadamente no orçamento. No mandato que exercera na Figueira da Foz, seguira, no início do ano, uma metodologia diferente. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que ouvira já muitas vezes o Presidente da Câmara de Setúbal falar no trabalho que fizera na Câmara de Palmela, mas aí parecia que não ficavam com o mesmo incómodo, achavam até natural! Portanto, seria bom que mantivessem a calma e serenidade, porque foi com base nessa invocação do trabalho na Câmara de Palmela que ele, provavelmente, ganhara a Câmara de Setúbal. E cada um devia falar dos actos que tinha na vida e pelos quais podia responder. -----

----- É que, durante 20 anos de poder de um determinado partido na Figueira da Foz, nunca eram dados subsídios às colectividades. Depois, segundo um trabalho feito com todas as colectividades pedindo as propostas, os relatórios de actividades dos anos anteriores e propostas para os anos seguintes, era aprovado em reunião de Câmara, para todas as colectividades, a distribuição dos subsídios segundo critérios de transparência. Até aí eram levados cheques em mão pelo Presidente da Câmara, na duas vezes que saía por ano, a uma e a outra colectividade, nomeadamente próximo de eleições. -----

----- Continuando, disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara estava inquieto desde aquela questão dos prédios, mas pedia-lhe que tivesse calma porque os prédios degradados existiam mas iriam ser recuperados, independentemente de serem na Freguesia de Alcântara ou na Freguesia da Ajuda. -----

----- Tinha pena, porque o Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara referira que falava à muitos anos falava na Assembleia Municipal, mas ainda ontem na sua Freguesia, ao olhar para aquele parque de sucata no Alvito, tinha dado consigo a pensar como era possível alguém exercer funções numa autarquia durante mais de um ano e deixar estar aquilo como estava. Realmente dera consigo a pensar isso porque aquilo era uma vergonha para qualquer autarquia que se orgulhasse de si mesma. É que não era um, eram vários sítios indignos de qualquer Freguesia, por muito humilde que fosse. Aliás, chegara ao ponto de ver num órgão de comunicação social “industriais do Alvito estão contra o projecto de urbanização que há para ali”.-----

----- A sua preocupação, segundo referiu, foi perguntar à Vereadora do Urbanismo, se o projecto que tinha sido apresentado – e foram só aprovado os termos de referência – respeitava ou não o Plano de Pormenor do Arqtº. Gonçalo Birne no prolongamento da Alameda que ia da Rua das Açucenas até Alcântara, porque era por essas normas e segundo essa metodologia que queria trabalhar. -----

----- Portanto, a Câmara fazia tensões de cooperar, colaborar, apoiar o movimento associativo que trabalhava genuinamente no sentido da defesa das suas populações, e sabiam que era isso que se passava com movimento associativo em Lisboa, na generalidade dos casos. -----

----- Em relação às Festas de Lisboa, disse que era intenção da Câmara constituir um júri nos próximos dias, até ao final desta semana. O resultado do concurso deveria estar apurado até ao final do mês de Janeiro e, portanto, faziam tensões de trabalhar nesse sentido, nessa orientação. Sabendo que as Festas de Lisboa eram desenvolvidas pela EBAHL, que era um esquema de trabalho em relação ao qual neste momento ainda não tinham certezas absolutas, mas na reunião que fizeram com a generalidade das pessoas envolvidas nas Festas da Cidade, nomeadamente a Vereadora da Cultura e as pessoas que com ela trabalham, tinha sido até manifestada satisfação, pela generalidade dos produtores e dos intervenientes que estiveram nessa reunião, em relação ao trabalho desenvolvido pela EBAHL. -----

----- Portanto a orientação da Câmara, que estava combinada com a Vereadora da Cultura, era a de que as Festas da Cidade continuassem a seguir esquema e o modelo que vinha sendo praticado até agora, e iriam proceder à constituição do júri dentro de dias. -----

----- Por conseguinte, essas reuniões já tiveram lugar nesse tal mês, já se realizaram as tais conversas com as pessoas envolvidas e foram recebidas as propostas que iram agora ser analisadas e apuradas na valia que tinham, por esse júri independente e não pelos serviços da Câmara, o que não queria dizer que as pessoas não tivessem independência.-----

----- Quanto ao programa da prevenção primária da toxicod dependência, disse que dentro de dias também fazia tensões de apresentar esse programa. Não era fácil, mas faziam tensões de manter, no essencial, esse esquema da prevenção primária que funcionava em grande articulação com as Juntas de Freguesia. -----

----- Sobre o que disse o Deputado Municipal Anacoreta Correia quanto à auditoria corrente, referiu que estavam de acordo, e quanto à questão relacionada com o estádio

do Benfica disse que tinha dado poucas informações porque aquelas que tinha para dar eram aquelas que já estavam na opinião pública, e tinham sido debatidas. Não tinha mais nada a acrescentar, não tinha o dom e a queda de outros para acordos secretos e, portanto, não tinha nenhum acordo secreto. Por isso, aquilo que tivesse ou não acordado era do domínio público, como era do domínio público o que fora debatido na reunião de Câmara. -----

----- Relativamente à municipalização dos transportes e à Autoridade Metropolitana de Transportes, disse que eram áreas em que tinham que caminhar, como havia sido dito antes das eleições, e fazia tensões de pedir ao Dr. Nogueira Leite, que como Secretário de Estado do Tesouro acompanhara muito de perto a matéria, que os acompanhasse no trabalho que estavam a desenvolver com essa orientação. -----

----- Prossequindo, disse que o Deputado Municipal Manso Pinheiro questionara sobre o tempo do realojamento, e sobre essa matéria era seu entendimento que as pessoas não iriam ser realojadas de imediato, mas queria esclarecer sobre as várias questões que foram postas a este propósito, nomeadamente pelo Deputado Municipal Carlos Marques e outros, que relativamente às pessoas que estavam para ser realojadas no lote C a informação que tinha era que todas poderiam ser realojadas nesta fase, o que não significava que todas fossem realojadas na Quinta da Bela flor. -----

----- Portanto, todas seriam realojadas nesta fase, com uma ou outra excepção – não conhecia – mas até ao momento não tinha conhecimento de nenhuma manifestação de indisponibilidade. -----

----- Mas haveria outras famílias para realojar depois dessas? Com certeza! Por exemplo, as da Vila Ferro, que não estavam recenseadas e cujo recenseamento estava a terminar agora. Também não dizia que o Sr. Vereador Vasco Franco, ou os que trabalharam com ele, pudessem ter feito tudo, nem ia dizer, apesar de ele ser o Vereador mais antigo na Câmara, porque era óbvio que havia sempre qualquer coisa para fazer na obra humana. Estavam esses por recensear, se calhar estariam outros, mas desses que estava previsto serem realojados na Bela Flor a informação que tinha era que não ficariam nenhuns por realojar.-----

----- Ainda a propósito da Quinta da Bela Flor referiu que, como todos sabiam, a propósito da Rua das Açucenas ainda se falara em rectificação dum erro no Plano Director Municipal, mas a informação que existia do Director Departamento de Planeamento, o Engº. Marinho, era explicar essa rectificação que foi feita, e, de facto, nas plantas finais do Regulamento do Plano Director Municipal estava lá área consolidada de moradias e não para estrutura colectiva habitacional. Era o que estava lá e depois fora corrigido, mas na Bela Flor era uma questão de distância em relação ao eixo da via, havia a questão dos cinquenta metros ou dos doze metros, quando já havia ali novas edificações e não era esse o caso porque aquelas edificações estavam demolidas. Portanto não era a distância dos doze metros em relação ao eixo da via que tinha que ser respeitada, mas havia também questões em relação ao próprio PDM que não podiam ser escamoteadas. -----

----- Na questão do realojamento, disse que prezava muito a estética, mas se lhe dissessem que não havia mais nenhuma possibilidade, que o tempo útil para realojar

aquelas famílias era de escassos meses, naturalmente sacrificava-se a estética. Agora, podendo-se juntar tudo, que se cuidasse e salvaguarda-se Lisboa tratando-se também do direito daquelas famílias à habitação. -----

----- Mas para que todos desde já ficassem a saber o que sentia, dizia que não considerava obrigatório, mesmo nos realojamentos, que as pessoas tivessem que ser todas realojadas nas freguesias onde viviam, onde tinham as suas casas degradadas ou onde tinham as suas barracas, porque a todos na vida, aqueles que tiveram melhores ou piores condições de vida, acontecera por vezes terem de mudar de Freguesia em Lisboa, terem de mudar da zona onde viviam, e não podiam, de repente, tornar isso numa obsessão que quem era realojado teria que ser exactamente no mesmo sítio. Aliás, tinha encontrado nas pessoas a maior receptividade em relação a essa orientação. -----

----- Quanto à questão levantada pelo Deputado Municipal Carlos Marques sobre o Hotel Ópera, disse que não quisesse o Deputado Municipal Carlos Marques saber a vontade que ele tinha de ir nesse caminho. O projecto até era da autoria de um arquitecto reputadíssimo com quem já trabalhara em várias fases, no Centro Cultural de Belém e ultimamente na Figueira da Foz, mas realmente aquele hotel fazia a maior das impressões. Certamente faria a todos, a não ser àqueles que, para além da estética e do respeito pela lei, gostavam mais da disciplina às orientações partidárias. Pessoalmente, gostava mais de respeitar a lei e a estética que a disciplina partidária, e se tivesse sido membro da Assembleia Municipal de Lisboa em mandatos anteriores garantia que teria sempre falado contra aquilo que ali estava a ser construído. -----

----- Se a Assembleia Municipal quisesse dar força à Câmara para ir nesse sentido, não alterando as competências, porque a Assembleia Municipal não era só um órgão de controlo, mal seria, órgãos de controlo eram outra coisa! A Assembleia era um órgão de fiscalização e controlo, de deliberação política, de iniciativa até de aprovação de determinados instrumentos jurídicos municipais, e, portanto, se a Assembleia lhes quisesse dar força nesse sentido, porque não lançar esse debate na cidade? -----

----- Mas adiantava que já tinham sido embargadas construções que não eram de realojamento, como, por exemplo, a Quinta de Santo António junto do Hospital de São Francisco Xavier, uma construção que não estava prevista no processo de licenciamento, que constava como uma casa para alfaías agrícolas e de repente aparecera como edificio para escritórios, ao pé de um bairro consolidado de moradias, o Bairro de Caselas. Era de um promotor que todos certamente conheciam, mas que tinha tudo menos de bairro social! -----

----- Por outro lado, o Braço de Prata não fora embargado porque a Vereadora Margarida Magalhães, antes de sair, embargara aquilo que já estava em andamento como era sabido, porque se não já estaria embargado. E quando era perguntado pelo Deputado Municipal Carlos Marques o que se iria passar lá, pessoalmente pensava que aquilo seria aprovado, tinha sido aprovado no Plano de Pormenor da zona Oriental de Lisboa para toda aquela zona, com áreas que eram equilibradas em termos de grande densidade de usos económicos, mais para norte para o lado de Moscavide, e

depois mais para equipamentos históricos e recuperação patrimonial, a sul, para o lado de Santa Apolónia, era um plano equilibrado que previa um índice de construção de 1,5 ali em Braço de Prata, mas não deixava de dizer que a Administração do Porto de Lisboa tinha sido sensível só para os moradores, num gesto de “solidariedade com os mais desfavorecidos” porque só libertara o seu jugo exactamente nos terrenos em frente da urbanização de Braço de Prata. É que, no resto do Plano de Pormenor, continuava todo o demais território ribeirinho submetido a esse jugo da Administração Portuária. -----

----- Portanto, a Câmara estava a apreciar em termos de projecto, projecto esse do Arqtº Renzo Pianno, por quem se dizia que o Presidente anterior da Câmara tinha uma especial estima, e, portanto, era um projecto arquitectónico em relação ao qual tinham algumas seguranças de qualidade, não achando, no entanto, que os arquitectos estrangeiros eram, à partida, garantes de mais qualidade que os arquitectos portugueses. -----

----- Sobre a proposta do Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara no sentido de estarem presentes os Presidentes das Juntas de Freguesia respectivas aquando da discussão de projectos de urbanização das suas áreas, disse que como tinha a certeza que ele tinha feito essa mesma proposta em mandatos anteriores iria conferir se tinha sido efectivamente feita, porque, se tinha sido feita e aceite, da sua parte estaria aceite também. No entanto, se não tinha sido aceite pedia mais algum tempo de reflexão para perguntar aos que antes estavam em maioria a razão porque não tinham aceite uma proposta dessas de um Presidente de Junta com tanta experiência e com tanta vontade de participar. -----

----- Relativamente às Festas de Lisboa, questão colocada pelo Deputado Municipal Fernando Duarte, disse que isso estava respondido, e quanto à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação/Bairro Alto disse que ficava contente por saber que iria continuar a ser uma voz incómoda, porque também ele procuraria, juntamente com ela, ser lá no Bairro Alto uma voz incómoda. -----

----- Aludindo à intervenção do Deputado Municipal Silva Dias (a quem por lapso havia chamado “Sousa Dias” na sua intervenção inicial), pediu desculpa mas disse que não sabia que os “Sousas” eram aristocratas e os “Silvas” plebeus. O Prof. Cavaco Silva já lhe tinha dito algo parecido, não se recordava bem, mas desejava dizer que a evolução do despacho era exactamente no sentido que acabara de referir, ou seja, estavam a fazer a apreciação final em relação a esses 49 fogos do lote C. -----

----- Disse, ainda, que estava de acordo com o Deputado Municipal Silva Dias, porquanto admitia que da outra encosta o enquadramento do edificio era muito melhor e permitia uma melhor harmonia. Mas da outra perspectiva, e não era dos que vinham de Cascais e do Estoril, mas de Sintra, Cacém, Massamá ou Rio de Mouro, que vinham pela CREL por causa da isenção das portagens e que depois apanhavam a auto-estrada do Estoril à mesma, também tinham aquelas vistas. Ou, ainda, os que saíam para Alcabideche e para as outras terras onde havia gente a viver em casas degradadas, também tinham essa mesma perspectiva. E tinham aqueles edificios do

lado de lá, com uma cor que alternava entre o mostarda e outro tipo de cores, que também não eram agradáveis para a harmonia da encosta onde estavam inseridos. -----

----- Depois, pediu desculpa ao Presidente da Junta de Freguesia de Campolide dizendo-lhe que tinha toda a razão relativamente ao que referira. Lamentava que não tivesse sido convidado, mas tinha sido uma questão de organização e de inexperiência. De facto tinha dado por isso, lamentava a situação e prometeu que não se voltaria a repetir pois era óbvio que nas cerimónias que tivessem lugar nas freguesias o Presidente da Junta respectiva teria que ser convidado e a Câmara teria toda a honra e todo o gosto em que estivesse presente. -----

----- Referindo-se às reuniões semanais nos bairros municipais, disse que não tinha esquecido isso e os gabinetes estavam a tratar da matéria. Quanto à Cooperativa Portugal Novo disse que o problema iria ser equacionado, e quanto ao monólogo referido pela Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço disse que falar-se em monólogo por não se ter respondido a uma carta em 15 dias era apenas com certeza a vontade de querer resolver, que era a mesma da Câmara, para poder fazer intervenção. Era o problema do nº 39 do Poço do Borratém, o tal do elevador, da Abraço, e agora havia o problema do espaço para as pessoas da terceira idade, mas a Sra. Vereadora iria tentar cooperar com a Junta no sentido de resolver isso tão depressa quanto possível. -----

----- Disse, ainda, ter a certeza que com energia, frontalidade e vitalidade iriam todos trabalhar, cientes que não tinham maioria absoluta. E só tinha pena de não a ter para mostrar que o seu respeito pela Assembleia seria exactamente igual – e era muito – àquele que tinha encontrando-se na situação de maioria relativa. O que tinha a certeza, e queria deixar isso bem expresso, era que não estava nas funções que estava para ser Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Tinham muito que trabalhar, muito que fazer como autarcas de Lisboa. Não punha em causa que a coligação anterior tinha feito muito em 12 anos, só que havia muito por fazer ainda, e, portanto, esperava que dessa cooperação e dessas diferenças, assumindo cada um as maiorias que tinha, fossem capazes todos de ter a elevação necessária para em cada momento saberem distinguir o que era o interesse colectivo. -----

----- Garantiu que saía dali com todas as intervenções registadas, tanto quanto era capaz, no sentido de enriquecer o trabalho que agora iriam realizar até à efectivação da próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

----- Pediu que não tivessem esta sua manifestação de princípios como qualquer humildade fingida, porque, de facto, era humildade séria, era a noção de que todos precisavam uns dos outros como a sua mãe o ensinara, independentemente de terem maiorias ou não. Na vida todos precisavam uns dos outros e a única coisa que tinha a certeza era que quem estava lá fora precisava muito mais deles do que eles precisavam ali uns dos outros, e era nesse espírito que iriam trabalhar. -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 9/2002 – AUTORIZAR A CÂMARA A DELEGAR COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA AO ABRIGO DA ALÍNEA S) DO Nº 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99 DE 18 DE SETEMBRO.**

----- PROPOSTA -----

----- “DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO. -----

----- Considerando que a Lei 159/99, de 14 de Setembro, permite, no seu artigo 15º, a delegação de competências da Câmara nas Juntas de Freguesia para realizar investimentos cometidos àquela ou gerir equipamentos municipais; -----

----- Considerando que a Lei 169/99, de 18 de Setembro, veio elencar as competências municipais passíveis de delegação nas Juntas de Freguesia, como se alcança no seu artigo 66º; -----

----- Considerando que já a Lei 23/97, de 2 de Julho, por força do artigo 6º, permitia a referida delegação de competências, condicionando-a ao respectivo financiamento e apoio técnico necessário, pelo município; -----

Considerando que as Juntas de Freguesia dispõem, de um modo geral e reconhecidamente, de uma capacidade de intervenção, que, em muitos casos, excede o âmbito das competências em que estão investidos por lei; -----

----- Considerando que os autarcas eleitos nas Freguesias, pela sua proximidade de conhecimento local dos problemas, são agentes privilegiados para detectar as necessidades colectivas e contribuir de forma decisiva para a sua resolução; -----

----- Considerando, ainda, que a celebração de acordos profícuos entre a Câmara e as Freguesias se traduz na consolidação da democracia participada e beneficia as populações residentes; -----

----- Considerando que é importante que se continue a aprofundar os laços de colaboração com os autarcas das freguesias; -----

----- Propõe-se que a Câmara, nos termos do normativo legal acima referido e da alínea a) do nº 6 do artigo 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere: -----

----- 1. - Submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão, ao abrigo da alínea s) do nº2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, autorize a Câmara a delegar competências nas Juntas de Freguesia, nos termos dos pontos 2 e 3, e dentro das seguintes áreas: -----

----- a) Conservação e reparação de calçamentos em ruas e passeios; -----

----- b) Gestão, reparação e conservação de sanitários, lavandarias sociais, lavadouros e balneários; -----

----- c) Gestão, conservação, reparação e construção de equipamentos desportivos, sociais e educativos; -----

----- d) Conservação e reparação de escolas do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar; -----

----- e) Gestão, conservação e reparação de creches e jardins de infância; -----

----- f) Gestão e conservação dos espaços exteriores destes estabelecimentos de ensino; -----

----- g) Gestão, conservação, arranjo, manutenção e limpeza de espaços ajardinados e outros espaços públicos; -----

----- h) Gestão, conservação e reparação de centros de apoio à terceira idade; -----

----- i) Reparação de habitações municipais e privadas; -----

----- j) Reparação, manutenção e gestão de espaços culturais; -----

----- k) Conservação, reparação, manutenção e gestão de recintos desportivos e instalações desportivas de escolas; -----

----- l) Aquisição, instalação e manutenção de corrimãos e gradeamentos; -----

----- m) Melhorias em bairros degradados; -----

----- n) Execução total ou parcial de programas e projectos especiais de intervenção social, nomeadamente no apoio aos idosos, a deficientes, à infância e à juventude; -----

----- o) Promoção de actividades desportivas, culturais, educativas e de lazer; -----

----- p) Informação e atendimento público. -----

----- 2. - A delegação referida no nº.1 depende da celebração individual de protocolos de acordo entre as Juntas de Freguesia interessadas, e a Câmara Municipal de Lisboa, podendo o protocolo respeitar à totalidade ou parte das competências enunciadas no mesmo nº. 1. -----

----- 3. - De cada um dos Protocolos constará obrigatoriamente o seguinte: -----

----- - Âmbito e duração do protocolo; -----

----- Regime de renovação, denuncia e rescisão; -----

----- Referência obrigatória nas opções de plano, durante os anos de vigência da colaboração, quando se trata de matérias que nelas deva constar. -----

----- - Montante global anual a transferir no âmbito da delegação de competências, com enunciação dos critérios; -----

----- - Definição dos meios técnicos e materiais a transferir para as Freguesias; -----

----- - Regime do pessoal afecto às tarefas abrangidas pela delegação; -----

----- - Normas e orientações técnicas aplicáveis à execução das tarefas objecto da delegação; -----

----- - Regime de acompanhamento e controle de execução por parte da CML.” -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que foi com satisfação que verificaram que a proposta 9/2002, referente à delegação de competências para as Juntas de Freguesia , tinha sido aprovada, na Câmara, por unanimidade. -----

----- No entanto, não cessaram as inquietações das Juntas, porquanto, em relação às delegações de competências, não se dizia se era mantido o esforço anterior da Câmara em relação a cada uma delas. Há dois mandatos atrás, tanto quanto sabia só uma Junta de Freguesia não aceitara, mas pensava que no mandato anterior já todas aceitaram as competências propostas pela Câmara, que era o caso da Junta de Freguesia de Alcântara. -----

----- Portanto, em relação à delegação de competências, era importante que soubessem qual era o apoio que a Câmara daria às Juntas em cada uma delas, porque, de facto, havia preocupações muito fortes devido a compromissos assumidos pelas Juntas de Freguesia. Por exemplo, teriam que fechar os sanitários, os balneários públicos, os jardins deixavam de ser tratados, o agente de prevenção local, que tinha sido formado pela Câmara e a quem a Câmara fixara 186.000\$00 de ordenado mensal, estava a ser pago pelas Juntas. Enfim, havia uma série de encargos que as Juntas de Freguesia não sabiam se iriam manter ou não. -----

----- Por outro lado, no ano 2000, a Câmara tinha dado às Juntas um reforço financeiro no montante de 1,2 milhões de contos e como delegação de competências 641.000 contos, ou seja, cerca de 2 milhões de contos no ano 2000 e cerca de 2,2 milhões de contos no ano de 2001. -----

----- Era essa clarificação que as Juntas teriam que saber, porque, se assim não fosse, teriam que tomar rapidamente medidas administrativas pois como havia referido o Presidente da Junta de Freguesia de Benfca, as Juntas de Freguesia começavam a ter problemas de rotura financeira. -----

----- Disse, ainda, que quando tinha dito ao Sr. Presidente da Câmara que já estava há um mês em exercício de funções e que ainda não tinha falado com as Juntas, era exactamente por essa preocupação e não por uma questão de afrontamento, porque o Sr. Presidente da Câmara estava do lado que as Juntas estavam, ou seja, daquele lado em que queriam servir as populações da melhor maneira. -----

----- A terminar, disse que a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro da Cultura não o recebera, em sua substituição mandara uma assessora para o receber, tendo então ele, com todo o respeito pela assessora, declinado o convite pois precisava falar com quem politicamente iria marcar aquilo que a Câmara iria fazer no aspecto cultural. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que esperava que amanhã mesmo a situação relativa às Juntas de Freguesia fosse desbloqueada, portanto até ao final da semana as transferências chegassem as Juntas. Esperava só que lhe fosse presente para assinar um despacho proveniente do Departamento Jurídico, a responsabilidade era sua, mas, como referira, seria resolvido nos próximos dias. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 9/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 3 – DELIBERAR SOBRE A CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DA A.M.L.** -----

----- **DELIBERAÇÃO RELATIVA ÀS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA PARA O QUADRIÉNIO 2002/2005** -----

----- Elenco -----

----- “Ao abrigo e nos termos do artigo 60º do Regimento a Assembleia Municipal de Lisboa delibera criar as seguintes comissões: -----

----- **1ª** Comissão: Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico -----

----- **2ª** Comissão: Comissão Permanente de Ambiente, Qualidade de Vida e Turismo--

----- **3ª** Comissão: Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação -----

----- **4ª** Comissão: Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana -----

----- **5ª** Comissão: Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto -----

----- **6ª** Comissão: Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura -----

----- **7ª** Comissão: Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil -----

----- **8ª** Comissão: Comissão Permanente de Promoção de Igualdade de Direitos e Oportunidades -----

----- **9ª** Comissão: Comissão Permanente de Divisão Administrativa da Cidade -----

----- Composição -----

----- Ao abrigo e nos termos dos nºs 1 e 2 do artº 62º do Regimento e com ressalva do disposto no seu nº 4 e 5, a composição das comissões é fixada do seguinte modo: -----

----- PSD: 2 Deputados Municipais -----

----- PCP: 2 Deputados Municipais -----

----- PS : 2 Deputados Municipais -----

----- CDS/PP: 1 Deputado Municipal -----

----- PEV : 1 Deputado Municipal -----

----- BE : 1 Deputado Municipal -----

----- PPM : 1 Deputado Municipal -----

----- Indicação dos membros -----

----- Ao abrigo e nos termos dos nºs 3,4, 5 e 6 do artº 62º do Regimento serão indicados pelos agrupamentos políticos da Assembleia os membros efectivos e suplentes das Comissões até à data da realização da sua primeira reunião e respectiva posse conforme previsto no nº 1 do artº. 64º do Regimento. -----

----- Presidências e lugares de Secretário -----

----- Ao abrigo e nos termos do nº 2 do artº 63º do Regimento, as presidências e lugares de secretários das comissões são distribuídos do seguinte modo: -----

----- Presidências -----

----- PSD : 2ª, 4ª, 7ª e 9ª Comissões -----

----- PCP: 3ª, 5ª e 8ª Comissões -----

----- PS : 1ª e 6ª Comissões -----

----- Lugares de Secretário -----

----- PSD: 1ª e 6ª Comissões -----

----- PCP: 7ª e 9ª Comissões -----

----- PS : 5ª Comissão -----

----- CDS/PP: 8ª Comissão -----

----- PEV: 2ª Comissão -----

----- BE : 4ª Comissão -----

----- PPM: 3ª Comissão” -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a deliberação relativa à constituição das Comissões, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 4 – DELIBERAR SOBRE REPRESENTANTES DA A.M.L. NOS CONSELHOS GERAIS DOS HOSPITAIS DE LISBOA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 25º DO DECRETO REGULAMENTAR Nº 3/88, DE 22 DE JANEIRO.** -----

----- **PONTO 5 – DELIBERAR SOBRE O REPRESENTANTE DA A.M.L. NO CONSELHO MUNICIPAL DAS COMUNIDADES IMIGRANTES E DAS MINORIAS ÉTNICAS.** -----

----- **PONTO 6 – DELIBERAR SOBRE O REPRESENTANTE DA A.M.L. NO CONSELHO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** -----

----- **PONTO 7 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, NOS TERMOS DO N° 2 DO ART° 6 DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES.** -----

----- **PONTO 8 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO ART° 2° DO DECRETO-LEI N° 5/91, DE 8 DE JANEIRO.** -----

----- **PONTO 9 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE NA COMISSÃO CONCELHIA DE SAÚDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO ART° 12° DO DECRETO-LEI N° 335/93, DE 29 DE SETEMBRO.** -----

----- **PONTO 10 – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE LISBOA, NOS TERMOS DA LEI 33/98 DE 18 DE JULHO E DO REGULAMENTO APROVADO PELA AML EM 13 DE JULHO DE 1999.** -

----- **PONTO 11 – ELEIÇÃO DOS 5 MEMBROS PARA O CONSELHO GERAL DA EMARLIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO ART° 15° DO ESTATUTO DA EMARLIS- EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS DE LISBOA, EM., CONJUGADO COM O ART° 15° DA LEI 58/98, DE 18 DE AGOSTO.** -----

----- **PONTO 12 – ELEIÇÃO DOS 4 MEMBROS PARA CONSELHO GERAL DA EBAHL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO ART° 15° DO ESTATUTO DA EBAHL – EQUIPAMENTOS DOS BAIROS HISTÓRICOS DE LISBOA, EM., CONJUGADO COM O ART° 15° DA LEI 58/98, DE 18 DE AGOSTO.** -----

----- **PONTO 13 – ELEIÇÃO DO 3 MEMBROS PARA O CONSELHO GERAL DA LIS - EMPRESA MUNICIPAL DE DESPORTO, EM NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO ART° 15° DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS, CONJUGADO COM O ART° 15° DA LEI 58/98, DE 18 DE AGOSTO.** -----

----- **O Senhor Presidente** disse que para os pontos 4 a 13 da Ordem de Trabalhos havia uma lista, a lista A, que estava assinada por todos os agrupamentos políticos com assento na Assembleia e dela constavam os nomes dos candidatos a todos os lugares. -----

----- Disse, ainda, que no boletim de voto os Deputados Municipais que quisessem votar favoravelmente punham “S” ou sim, os que quisessem votar contra punham “N” ou não e quem quisesse abster-se votaria em branco. -----

----- Seguidamente, procedeu à chamada para a votação. -----

----- Terminada a chamada, o Senhor Presidente leu a acta subscrita pelos escrutinadores Fernando Trindade, do PSD, Susana Silvestre, do PCP, e Luísa Vicente Mendes, do PS, sendo o seu teor o seguinte: -----

----- ACTA -----

----- Aos 5 de Fevereiro de 2002, procedeu-se à eleição de representantes da AML nos órgãos que abaixo se discriminam, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis, para os quais se apresentam os seguintes candidatos: -----

----- **Bloco Freguesias** -----

<i>Entidades</i>	Força Política	Deputado Municipal
ANMP	PSD	DM Joaquim Maria Fernandes Marques
Assembleia Distrital	PCP	DM Lourenço Ramos Bernardino

----- **Bloco Vários** -----

Entidades	Força Política	Deputado Municipal
Comissão Concelhia de Saúde	PCP	DM Bruno Filipe Esteves Medina Rolo
Conselho M. Minorias Étnicas	PSD	DM António Conceição Tavares
Conselho M. I. Pessoa com Deficiência	PS	DM Ana Sara Brito

----- **Conselhos Gerais dos Hospitais** -----

Hospitais	Força Política	Nome Indicado
Hospital Curry Cabral	PS	DM- Carlos Rodrigues dos Santos
Hospital D. Estefânea	PCP	DM- Maria de Lurdes T. Queiroz
Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior	PSD	DM- Sérgio Lipari Garcia Pinto
Hospital Egas Moniz	PSD	DM- Fernando Manuel P.R. Rosa
Hospital Júlio de Matos	PSD	DM- Armando Dias Estácio
Hospital Miguel Bombarda	PCP	DM- Orlando Bento Antunes Claro
Hospital Pulido Valente	PSD	DM- Nuno Roque
Hospital Santa Cruz	PPM	Dr. José Francisco de Noronha
Hospital Santa Maria	PS	DM- Álvaro Vasconcelos
Hospital Santa Marta	PCP	DM- Blasco Hugo C. Fernandes
Hospital Stº António dos Capuchos/Desterro	PSD	DM- Manuel Nuno C. Estorninho
Hospital S. Francisco de Xavier	PS	DM- Cândida Cavaleiro Madeira
Hospital S. José	PSD	DM- Francisco José Oliveira
Maternidade Dr. Alfredo da Costa	PCP	DM- Maria da Graça B. N. Mexia
Centro Hospitalar de Cascais	CDS/PP	DM – José Rui Roque
Hospital Distrital de Torres Vedras	PCP	DM- Abílio Martins Ferreira
Hospital Distrital de Vila Franca de	PS	DM - Maria Cândida Cavaleiro

Xira		Madeira
Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca	CDS/PP	DM – Miguel Anacoreta Correia
Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto	PS	DM- José Levita
Instituto Português de Oncologia de Lisboa	PCP	DM-Paulo Alexandre S. Quaresma

-----**Órgãos com representação plural**-----

Empresas	Nº Membros	Representantes
EMARLIS – Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, EPM	5	PSD – DM José Athaide de Carvalhosa PCP – DM José das Neves Godinho PS – DM Luisa Sabino PEV – DM José Luís Teixeira Ferreira PPM – João da Câmara Pereira Gonçalves
EBAHL – Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa, EM	4	PSD – DM Manuel Dias de Almeida PCP – DM Vítor Manuel Alves Agostinho PS – DM Fernando Duarte CDS/PP – Adolfo Mesquita Nunes
LIS - Empresa Municipal de Desporto, EM	3	PSD – DM Artur dos Santos Madeira PCP – DM António Joaquim Costa Cunha PS – DM José Rodrigues
Conselho Municipal de Segurança	8 Presidentes de Junta de Freguesia	PSD – DM Nuno Roque DM Rui Manuel Pessanha da Silva DM Nelson Pinto Antunes PCP – DM José das Neves Godinho DM David Rua de Castro DM Maria de Lurdes Jesus Pinheiro PS – DM Carlos Rodrigues dos Santos DM Irene Lopes
	10 Cidadãos de reconhecida idoneidade	PSD – General João Almeida Bruno Ten. Coronel José Luz de Almeida PCP – José Emílio Sousa Jaime Salomão Alves PS – Artur Miguel C. Fonseca Mora Coelho Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito CDS/PP– António Ferreira de Lemos PEV – Pedro Miguel Trindade P. Santa Rita BE – Heitor Nuno Patrício Sousa e Castro

		PPM – Maria Carlos Lima Sequeira Serra
--	--	--

----- Procedeu-se à votação da lista única, apurando-se o seguinte resultado: -----

----- Votantes : 104 -----

----- Votos a favor:..... 97 -----

----- Votos contra: 1 -----

----- Abstenções: 6 -----

----- Votos nulos: 0 -----

----- Face aos resultados acabados de anunciar, o **Senhor Presidente** proclamou eleitos os candidatos propostos. -----

----- Depois, antes de dar por encerrados os trabalhos, agradeceu a colaboração de todos na execução desta reunião, porque ela, do seu ponto de vista, tinha correspondido àquilo que poderiam esperar duma primeira reunião da Assembleia Municipal, neste mandato. -----

----- Mas agradecia, muito particularmente e muito especialmente, aos Serviços de Apoio da Assembleia e aos Serviços de Apoio da Câmara, porque montar a primeira reunião levantava vários problemas de logística, listas novas, conhecimento de novos Deputados Municipais, a organização da Sala e tudo o resto, e, portanto, em seu nome, em nome da Mesa e certamente no de todos os Deputados Municipais, agradecia o esforço feito pelos Serviços para propiciar o apoio a esta reunião. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 20 horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----